

revista

poli

saúde
educação
trabalho

Ano II — Nº. 13 — set.out. 2010



Impresso
Especial
9912213586 DR/RJ
Fundação
Oswaldo Cruz
CORREIOS

Escolas rurais
e o direito à
educação

ESPECIAL ELEIÇÕES 2010

Candidatos à presidência apresentam propostas de saúde, educação e trabalho

Conheça o POLI

Direção

55(21)3865-9700

Vice-Direção de Gestão e Desenvolvimento Institucional

55(21)3865-9706

Vice-Direção de Ensino e Informação

55(21)3865-9729

Vice-Direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

55(21)3865-9705

Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde

55(21)3865-9745

Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde

55(21)3865-9780

Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde

55(21)3865-9765

Laboratório de Educação Profissional em Manutenção de Equipamentos de Saúde

55(21)3865-9788

Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde

55(21)3865-9784

Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde

55(21)3865-9770

Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde

55(21)3865-9720

Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica

55(21)3865-9740

Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde

55(21)3865-9750

Coordenação de Administração

55(21)3865-9820

Coordenação de Cooperação Internacional

55(21)3865-9730

Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos

55(21)3865-9860

Coordenação Editorial da Revista Trabalho, Educação e Saúde

55(21)3865-9850

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde

55(21)3865-9732

Coordenação Geral do Ensino Técnico de Nível Médio em Saúde

55(21)3865-9728

Biblioteca Emília Bustamante

55(21)3865-9840

Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde

55(21)3865-9892

Secretaria Escolar

55(21)3865-9865

Serviço de Informática

55(21)3865-9810



Revista Trabalho, Educação e Saúde

55 (21) 3865-9850 | www.revista.epsjv.fiocruz.br

RETS

Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde

Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS)
55 (21) 3865-9730



Biblioteca Virtual em Saúde

55 (21) 3865-9840 | www.bvseps.epsjv.fiocruz.br



Observatório dos Técnicos em Saúde

55 (21) 3865-9750 | www.observatorio.epsjv.fiocruz.br



Comitê de Ética em Pesquisa

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Comitê de Ética em Pesquisa
55 (21) 3865-9710

Capa	4
Escolas rurais no Brasil: um retrato	
Almanaque	16
Especial Eleições	17
Livros	
Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde	29

Outubro é o mês das eleições. Quando milhões de brasileiros vão às urnas escolher um novo presidente, um novo governador, deputados e senador. Ao contrário do que diz um certo discurso que desqualifica e prega o desinteresse pela política, esse é um evento a ser comemorado. Depois de 21 anos de ditadura e um governo civil não-eleito, é, no mínimo, pouco indicado que se naturalize negativamente o direito ao voto. E é por isso que a revista Poli traz, nesta edição, um especial sobre o programa de governo dos candidatos à presidência da república. Os nove presidenciáveis foram convidados a apresentar aos leitores da Poli suas propostas para saúde, educação e trabalho. As regras, cuidadosamente pensadas e cumpridas, garantiram a igualdade de condições para todos os candidatos. A ideia é ajudar o leitor — trabalhador, estudante ou militante que conhece os campos da saúde e da educação — a conhecer como essas áreas estão sendo pensadas pelos programas de governo daqueles que pretendem ser o próximo presidente do Brasil. Como você lerá na apresentação desse especial, três candidatos — Marina Silva, Rui Costa Pimenta e Eymael — não enviaram os textos. Todos os outros estão aqui, submetidos ao seu olhar crítico e à sua escolha. As eleições são tema também do almanaque desta edição. Mas um aviso: esse é um esforço de subsidiar e ampliar o debate — por exemplo, abrindo espaço para todos os candidatos e não apenas para aqueles que estão no topo das intenções de voto de acordo com as pesquisas de opinião. É o compromisso com um momento político importante, mas — vale destacar — insuficiente. O projeto editorial e político que orienta esta revista, ao mesmo tempo que comemora o direito de escolha, sabe que a ‘festa da democracia’ precisa de mais convidados do que os representantes escolhidos nas urnas. Sabe, portanto, que a democracia representativa tem que ser complementada e alimentada pela democracia participativa; enfim, que sem o voto não há democracia, mas que só com ele pouco se avança no sentido da superação de uma sociedade desigual.

E como participação é importante em todas as áreas e lutas sociais, a capa desta edição traz uma reportagem sobre escolas rurais, que representam uma face do direito à educação negado a uma parcela da população brasileira, sob argumentos que regulam (e limitam) o direito pelos cálculos econômicos e que, mais do que isso, naturalizam o êxodo rural, com uma concepção de desenvolvimento calcado no urbano. A escolha da capa se deve ao fato de outubro ser o mês em que acontece a Jornada dos Sem-terrinha, quando crianças se juntam para aprender, brincar e reivindicar o direito a estudar sem sair e sem negar o campo.

Por fim, esta edição traz ainda a resenha do livro ‘Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde’, de Marise Ramos, que foi um dos lançamentos da EPSJV em comemoração aos seus 25 anos.

Ano III - Nº 13 - set./out. 2010
Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

(Membros do Conselho Deliberativo da EPSJV)
Isabel Brasil, Sergio Munck, Maurício Monken, Márcia Valéria Morosini, Marise Ramos, Marco Antônio Santos, Felipe Rangel, José Orbílio Abreu, Francisco Bueno, Etelcia Molinaro, Márcia Lopes, Cristina Araripe, Monica Vieira, Mario Sergio Homem, Cátia Guimarães, Anamaria Corbo, Marcia Teixeira, Telma Frutuoso, Andrea Ramos, Rafael Calazans.

Editora

Cátia Guimarães - MTB: 2265/RJ

Repórteres e redatoras

Raquel Torres

Leila Leal

Raquel Júnia

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca

Marcelo Paixão

Capa

Zé Luiz Fonseca

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro
CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Assistente de Comunicação

Talita Rodrigues

Jornalista do Portal EPSJV

Raquel Junia

Assistente de Gestão Educacional

Luciane Vicente

Estela Carvalho

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Escolas rurais no Brasil: um retrato

Demandas e projetos para escolas de zonas rurais são discutidos por movimentos sociais, trabalhadores, estudantes, pesquisadores e poder público

Leila Leal
Raquel Júnia

Segundo dados do Censo Escolar de 2009, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), há no Brasil mais de 80 mil escolas de educação básica localizadas em áreas rurais. A situação estrutural dessas escolas, a oferta dos variados níveis e modalidades de ensino, a elaboração de seus projetos político-pedagógicos, a formação e valorização dos profissionais que nelas atuam, sua relação com crianças e jovens acampados e assentados da reforma agrária e muitos outros itens são tema de debates constantes entre pesquisadores, constam da pauta de reivindicações de movimentos sociais do campo e são objeto de políticas públicas elaboradas pelo Estado.

Essas questões motivam, por exemplo, a organização de crianças e jovens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os chamados Sem-Terrinhas realizam encontros e atividades periodicamente para discutir as formas de luta pela terra e por uma educação de qualidade no campo e, neste ano, realizam sua Jornada Nacional na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). No contexto de discussão das pautas da Jornada, que acontece em outubro, a Revista Poli traça um panorama da situação das escolas rurais no Brasil. Dados nacionais, projetos de políticas públicas, pesquisas acadêmicas e reivindicações de movimentos sociais são complementados com a apresentação da realidade encontrada nas escolas rurais, acampamentos e assentamentos da reforma agrária dos municípios de Pirai, Nova Iguaçu, São Francisco de Itabapoana e Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, visitados pela reportagem.

Cenário nacional

Se os dados do Censo Escolar de 2009 apontam a existência de mais de 80 mil escolas localizadas em áreas rurais no Brasil, a Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pnera), realizada em 2004 pelo Inep e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), demonstra que apenas 8.679 atendem a alunos residentes em assentamentos - sejam elas localizadas nos próprios assentamentos ou em seu entorno. A mesma pesquisa, que é a que traz dados específicos mais recentes sobre a educação em assentamentos, aponta que no Brasil cerca de 980 mil estudantes integram uma população assentada que ultrapassa 2,5 milhões de pessoas.

Os dados também evidenciam as limitações da oferta dos diferentes níveis e modalidades de ensino nas escolas que atendem aos estudantes assentados: enquanto 84,1% delas oferecem o primeiro segmento do ensino fundamental, apenas 26,9% têm o segundo segmento e 4,3% o ensino médio. No que se refere à educação profissional, os índices são ainda mais baixos: 0,2% dessas escolas oferecem educação profissional na modalidade de formação inicial e continuada, e 0,3% a educação profissional de nível técnico.

Outra questão que se destaca no cenário nacional das escolas rurais e que não se restringe à realidade dos acampamentos e assentamentos é o



fechamento dos estabelecimentos de ensino. Em reportagem publicada na Agência Brasil em julho deste ano, Mônica Melina, coordenadora do curso de licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília, afirmou que entre 2005 e 2007 foram fechadas 8 mil escolas rurais no Brasil. Armênio Schmidt, diretor de Educação para a Diversidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC), explica que dados como esse, também utilizados pela Secad, são obtidos através da leitura do Censo Escolar. “O Inep tem um código para cada escola, e através do Censo é possível averiguar se permanecem funcionando ou não. Mas nós não temos dados oficiais. E isso mereceria uma pesquisa sobre as razões do fechamento dessas escolas, que são as mais variadas possíveis”, diz.

Em muitos casos, fecham-se as escolas rurais com o argumento de que a demanda de alunos é pequena. Entretanto, de acordo com o Sindicato dos Profissionais da Educação (Sepe) de Campos, uma das cidades nas quais o poder público municipal fechou escolas rurais, este argumento não pode ser válido. “Já consultamos o MEC diversas vezes sobre isso e não existe um número mínimo de alunos para que se mantenha uma escola”, diz Graciete Santana, diretora licenciada do sindicato. Como afirma a educadora Roseli Caldart, se a educação é um direito humano, o acesso a ela tem que ser facilitado. “Ter acesso à escola não pode ser uma coisa extraordinária, que precise mover céus e terras,

andar quilômetros, usar transporte para ter acesso. O acesso à escola tem que ser uma coisa ordinária na vida”, afirma.

Reivindicações dos movimentos sociais

“Falta de estradas; não temos transporte escolar; não temos salas de aula; não temos material didático (lápiz, caneta, papel, mesa, cadeira, bolas, etc.); faltam atividades culturais e esportivas e está acontecendo fechamento de escolas nas nossas áreas”. Esses foram os principais problemas apontados na carta aprovada no XI Encontro Estadual dos Sem Terra do Rio de Janeiro, realizado em 2008. As resoluções do Encontro, que reuniu crianças de todos os acampamentos e assentamentos do estado coordenados pelo MST, expressam questões de abrangência nacional. O fechamento de escolas em áreas rurais, a falta de estrutura nos estabelecimentos de ensino e em seu entorno e a carência de projetos político-pedagógicos elaborados a partir da realidade do campo são problemas apontados pelos movimentos sociais, trabalhadores da educação e reconhecidos pelos governos.

Segundo Armênio Schmidt, há um esforço de valorização das escolas do campo que se materializa através de uma série de programas específicos: “Desde 2007, as escolas do campo recebem 50% a mais da verba do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que destina um valor específico por aluno para as escolas da educação básica. E, neste ano, foi implemen-

tado o PDDE Campo, que destina R\$ 12 mil às escolas do campo que oferecem o primeiro segmento do ensino fundamental e têm até 50 alunos. Ainda atuamos através do Plano de Ações Articuladas para, junto aos estados e municípios, evitar o fechamento das escolas do campo”, disse, destacando que a intenção da Secad é transformar esses programas específicos em uma Política Nacional de Educação do Campo, o que será feito através da publicação de um decreto nacional que deverá ocorrer ainda neste mês de setembro. Acompanhe, abaixo, a situação da educação nas zonas rurais do Norte Fluminense, Nova Iguaçu e Piraí, visitadas pela reportagem.

Norte Fluminense: vizinhos, mas diferentes

Depois de um grande engenho, dobra-se à direita, e depois de passar por um pequeno povoado, chega-se à estrada de terra. Pergunta-se a um e a outro onde é a localidade chamada Floresta e depois onde é Cajueiro, local onde se encontra o assentamento Zumbi 5. Em um descampado se avista uma pequena casa verde e branca onde está escrito: “Escola MST”. Na porta, a diretora Leidemaria, junto às duas funcionárias Marlene e Wilma, esperam a reportagem. A escola existe há nove anos e está localizada na zona rural do município de São Francisco do Itabapoana, no norte fluminense.

Estudam ali 23 crianças – com idades entre cinco e 12 anos – filhos dos assentados do Zumbi 5 – um dos cinco assentamentos

Fotos: Raquel Torres



resultados da desapropriação das terras da antiga usina açucareira São João. A escola funciona em cinco cômodos: uma sala onde fica a direção, três salas de aula e uma cozinha, além de dois banheiros. Apesar de pequena, é bem organizada e bonita. “É preciso conhecer a realidade de cada escola, de cada região, eu não posso chegar de fora e colocar a minha visão”, comenta Leidemaria Pereira, que é professora da rede municipal de São Francisco do Itabapoana e está na escola desde que foi inaugurada.

Durante dois dias do último mês de julho, a Revista Poli pôde acompanhar um pouco das atividades da Escola MST e também como estudam as crianças e jovens dos assentamentos e áreas rurais próximas ao Zumbi 5. De acordo com o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe) – Núcleo Campos, só em 2010, foram fechadas mais de 12 escolas rurais em Campos dos Goytacazes. O Sepe denunciou o fato ao Ministério Público. “Fizemos algumas vitórias nas escolas e, na verdade, a demanda existe. Alguns alunos têm que se deslocar por uma distância muito grande para conseguirem estudar. O município deixou de investir há muito tempo nestas escolas”, afirma Ângela Barbosa, diretora do Sindicato.

A Secretaria Municipal de Educação de Campos confirmou o fechamento de 11 escolas e, por meio da assessoria de imprensa, declarou: “As escolas foram desativadas por uma série de razões, tais como difícil acesso, não possuir transporte, falta de professores e orientadores pedagógicos, e prédio necessitando de reformas”. Ainda de acordo com a secretaria, todos os alunos foram transferidos para outras unidades de ensino da rede municipal; em dois dos casos, as novas escolas estão distantes dois e três quilômetros das unidades desativadas. A Secretaria não informou a distância dos locais de moradia dos

estudantes até as outras 14 escolas para as quais foram transferidos, mas, segundo o documento protocolado pelo Sepe junto ao Ministério Público, há situações nas quais crianças estão tendo que deslocar 12 quilômetros. “Quando o município toma uma atitude como esta, dizendo que fechou porque as escolas estavam precárias, está assumindo uma desobediência da lei. É um desrespeito profundo com a infância, porque é preciso trabalhar com sua cultura, favorecer ao máximo a permanência da criança e não colocá-la no ônibus para uma hora de viagem até a escola. Quando o município faz isso ele tenta cumprir a lei burlando os requisitos educacionais e da infância. Desta forma, se está quase condenando estes estudantes a uma evasão escolar”, questiona a pesquisadora Isabel Brasil, doutora em educação e diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Segundo a Secretaria Municipal de Educação de Campos, há 104 escolas rurais no município, destas, apenas 20 oferecem o primeiro e o segundo segmento do ensino fundamental. Em 81 delas, só há o primeiro segmento. “Este número não é suficiente, percebemos que a demanda é muito maior do que a oferta em todos os níveis. No caso da escola de segundo segmento, que também é atribuição do município, ela não está ali. Inclusive, existe muita demanda de Educação de Jovens e Adultos, porque os jovens não conseguem se deslocar para estudar em outros locais, e também por se inserirem no mercado de trabalho terminam evadindo. Só mais tarde com 16, 17 anos, quando percebem que vão precisar de qualificação e começam a fazer outros projetos de vida é que buscam a escola novamente para o Educação de Jovens e Adultos e aí esbarram em outro problema porque também não há escolas suficientes de EJA para atendê-los”, detalha a professora

licenciada do Sepe, Graciete Santana. Ela lembra que o município de Campos tem o menor Índice de Educação Básica (Ideb) do Estado do Rio.

Multissérie no Zumbi 5

As aulas na escola MST começam às 7h30, com um café da manhã, e terminam às 11h30. Os

O Ideb é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final do primeiro e do segundo segmento do ensino fundamental e do ensino médio – com informações sobre rendimento escolar (aprovação). As provas do Saeb, cujo resultado é um dos fatores constitutivos do Ideb, também são feitas por uma amostra de estudantes de escolas rurais concluintes do 1º segmento do fundamental.

estudantes também almoçam na escola. O corpo administrativo da instituição é composto por quatro pessoas - a diretora, duas merendeiras e mais uma professora. De acordo com Leide, não existe evasão na unidade e os alunos faltam pouco. A escola oferece educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental. Na primeira sala, estudam as crianças da educação infantil e nas outras duas se dividem os alunos do fundamental. A escola trabalha com multissérie, ou seja, alunos de séries diferentes em uma mesma turma. “No 2º ano, só temos dois alunos, no 3º ano, apenas um aluno, então, não tem como acabar com a multissérie”, diz.

Para Roseli Caldart, do setor de educação do MST, o modelo multisseriado não é o ideal, mas, segundo ela, o Movimento também não vê nas séries uma boa proposta para a educação. Ela explica que a educação por ciclos etários tem sido trabalhada com bons

A escola por ciclos etários considera a idade das crianças, adolescentes e jovens no processo educacional. Desta forma, os estudantes não são divididos em séries ou segmentos, mas por idade, de acordo com as especificidades locais e também considerando as necessidades, interesses e desenvolvimento cognitivo desses estudantes.

resultados em algumas escolas de assentamentos e escolas itinerantes. (Confira a entrevista na página 12).

Leide conta que neste ano, a escola recebeu um material didático novo, do programa Escola Ativa, do Ministério da Educação. Ela mostra os livros e elogia o material por ser mais próximo da realidade dos alunos. “O que víamos nos livros didáticos? Apartamentos, carros. Eles têm que conhecer os assuntos da cidade, mas do campo também. Alguns exemplos falam de hortas, cooperativas agrícolas”, observa.

Para a diretora, é importante que os estudantes consigam estudar no campo, já que na cidade, muitas vezes, existe uma visão distorcida da realidade rural. De acordo com Leide, a ampliação da escola para atender as outras séries é um desejo das crianças e dos pais do assentamento. Ela acredita ser viável que a escola continue a oferta de ensino, desde que o prédio seja adequado com melhores condições para receber os alunos – a estrutura atual já é bastante apertada.

Entretanto, de acordo com a secretária municipal de educação de São Francisco do Itabapoana, Iara Nogueira, não existe a possibilidade de o segundo segmento ser implementado no Zumbi 5. “É algo totalmente inviável, mesmo porque teríamos que ampliar a escola e manter dez professores para menos de 30 alunos. Aí depois o próprio aluno não vai querer ficar mais lá: é o que acontece nas outras localidades. Como o nosso município oferece transporte em todo o município, ele acaba indo para outras escolas”, diz. Isabel Brasil, no entanto, acredita que a relação é inversa: é a não oferta da continuidade dos estudos no campo que favorece o êxodo rural. “O jovem está saindo dali porque quer melhores condições de vida, inclusive escola, isso denuncia que não há uma política de fixação do jovem no campo na qual a questão da educação é central, bem como da cultura e geração de emprego”, alerta.

Sem escola no Zumbi 4

Enquanto no Zumbi 5 as crianças podem estudar dentro do próprio assentamento — pelo menos enquanto estão no primeiro segmento do



Escola abandonada no assentamento Zumbi 4

ensino fundamental —, no Zumbi 4, a poucos quilômetros dali e onde vivem cerca de 136 famílias, existe uma escola abandonada. A Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro informou que a Escola Estadual Bartholomeu Lysandro oferecia até 1996 o antigo primário (primeiro segmento do ensino fundamental) a 53 estudantes. Em 1997, a escola parou de funcionar e os alunos foram matriculados em outras instituições.

De acordo com os moradores do local, a escola atendia aos filhos dos trabalhadores da antiga usina São João. A assentada do Zumbi 4 Viviane Ramiro lembra a história de uma moradora do local que foi aluna da instituição e precisa pegar o histórico para comprovar a conclusão do antigo primário, mas não consegue. “A justificativa para não reabrir a escola é a de que há pouco aluno, mas não são tão poucos. O transporte escolar que leva para a cidade sempre dá problema, sem falar na qualidade do ensino lá que é terrível. Tem gente que está na 5ª série e não sabe escrever o nome”, reclama Viviane.

De acordo com a Secretaria de Educação do estado do Rio, os históricos dos antigos estudantes da escola desativada foram levados para as instituições para onde foram transferidos. No caso dos alunos que não continuaram os estudos, os documentos podem estar na coordenadoria regional da educação localizada em Campos. Ainda segundo a Secretaria Estadual, reabrir a escola não é uma prioridade, já que o primeiro segmento do ensino fundamental, que era oferecido antes do fechamento, desde a LDB é considerado responsabilidade prioritária do município.

Enquanto o poder público não cria condições para que a escola do Zumbi 4 funcione, os próprios assentados, com a ajuda da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Projeto Mova-Brasil, mantêm uma escola de Educação de Jovens e

Adultos no período noturno: é a Escola Popular Zumbi dos Palmares. Para as aulas, é utilizada uma parte do antigo prédio abandonado da escola. A iluminação na sala é precária, o quadro foi doado pelo Cefet de Campos, alguns dos bancos pela CPT e a mesa pela própria comunidade. Em dias de aula e outras atividades, os bancos da igreja próxima também são emprestados para a escola.

Viviane explica que o Mova-Brasil, um projeto da Petrobrás de estímulo a habilidades de leitura e escrita, é responsável pelo pagamento dos professores e pelo material didático utilizado durante as aulas, das quais participam cerca de 20 alunos. Em outros turnos, também funcionam na escola oficinas de artesanato e um grupo de teatro. Thamires, Marcell, Natália e Jéssica, do coletivo de teatro, já têm duas peças de teatro montadas – uma que conta a história de Zumbi dos Palmares, que dá nome aos assentamentos, e outra sobre o itinerário dos cortadores de cana. Trata-se, segundo Isabel Brasil, de uma mobilização que preenche o vazio da falta de atenção do poder público. “O Estado deveria perceber que se trata de uma denúncia contra a ausência de políticas para o campo”.

Marimbondos tomaram conta da escola

Do lado oposto da rodovia ao que ficam os assentamentos da antiga usina São João (Zumbis 1, 2, 3, 4 e 5), uma estrada leva ao acampamento do MST Madre Cristina e ao assentamento Dandara. É neste caminho que fica a Escola Municipal Flor de Maio, pertencente ao município de São Francisco do Itabapoana. Segundo os trabalhadores rurais do acampamento e assentamentos próximos, a escola está fechada desde 2008.

O mato já está grande o suficiente para cobrir quase toda a frente da escola. Os desenhos



Quando foi fechada, escola atendia 53 estudantes

pintados e gravuras de papel com letras e números afixados nas paredes revelam que ali já houve atividade escolar e não faz muito tempo, mas os marimbondos tomaram conta do prédio. São tantos, que praticamente impedem a entrada no local. Os trabalhadores rurais contam que a escola foi furtada duas vezes, o que teria feito com que a prefeitura desistisse de manter as aulas no local.

De acordo com a secretária de educação do município, Iara Nogueira, a escola já estava desativada quando a gestão atual assumiu o governo e não há planos para reativá-la, já que o número de estudantes próximos à escola é pequeno e o transporte escolar os leva para outras localidades. Para ela, mais cedo ou mais tarde, o estudante terá mesmo que sair do campo. “Sabemos que ele um dia terá que sair desta escola. Principalmente o que identificamos é que os alunos não querem estudar nestas localidades, querem ter o convívio com outras pessoas e hoje uma das grandes funções da escola é socializar”, argumenta. Viviane Ramiro, educadora da escola popular do Zumbi 4, alerta para o risco desse pensamento, que naturaliza o êxodo rural. “Às vezes, até a escola de dentro do assentamento não garante uma boa formação. Muitos professores dizem: ‘ah, vocês têm que estudar para saírem daqui’. Para muitos deles, ser desenvolvido é ser da área urbana”, crítica.

Para Roseli Caldart, o número de alunos também não pode ser um argumento para se fechar uma escola. “É evidente que há um prejuízo se há uma socialização pequena com turmas de cinco, quatro alunos. Este não é o nosso ideal de educação, mas é preciso analisar isso de um ponto de vista maior: o que está acontecendo neste local para ter tão poucas crianças? O que temos discutido enquanto Movimento é que a análise não pode ser estritamente econômica, administrativa. Há situações em que o fechamento da escola representa, do ponto de vista da comunidade uma perda que é mais do que a questão da escola, que é uma perda de referência”, analisa.

Há cerca de 30 estudantes no acampamento Madre Cristina, no assentamento Dandara e nas redondezas. Ana Carolina Pereira, de 16 anos, está cursando o 3º ano do ensino médio em uma escola de São Francisco do Itabapoana. A estudante toma o ônibus escolar e faz baldeação em Floresta, povoado mais próximo do acampamento. De lá, segue para São Francisco. Na volta, Ana Carolina não pode se descuidar do tempo porque corre o risco de não conseguir pegar de volta o último escolar que sai de Floresta em direção ao acampamento às 12h15. “Já aconteceu de eu perder o ônibus e ter que vir andando: demorei umas quatro horas e meia”, conta a estudante.

Ana Carolina relata que na escola da cidade os outros alunos são curiosos sobre a condição dela de acampada. “Ser Sem Terra não é vergonha. Às vezes algum colega diz: ‘ah, vocês estão invadindo’. Aí eu explico: ‘não, a gente está ocupando, é diferente”.

Em Nova Iguaçu, projetos esbarram em problemas estruturais

A luta das famílias do acampamento Campo Alegre, em Nova Iguaçu, baixada fluminense, remonta às primeiras mobilizações pelo direito à terra do estado do Rio de Janeiro, na década de 1980. Os trabalhadores que ocuparam uma fazenda da região, em 1984, serviram de exemplo para famílias de todo o estado, que iniciaram ocupações em outras regiões reivindicando o acesso à terra. No entanto, mais de 20 anos depois da ocupação de Campo Alegre, a situação das famílias que moram e trabalham no local ainda é indefinida.

Por mais que lotes de terra já tenham sido divididos e muitas famílias estejam instaladas na região há muitos anos, a emissão oficial de posse aos moradores ainda não aconteceu. Existindo praticamente como um assentamento, Campo Alegre ainda é definido pelo Estado como um acampamento, não sendo considerado oficialmente como uma das iniciativas de distribuição de terra da reforma agrária no Brasil. Além das implicações legais, essa situação tem reflexos também para a garantia dos direitos das famílias de Campo Alegre, que não têm acesso a incentivos e políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura destinados aos assentamentos como parte da política de distribuição de terras. Mas os problemas de reconhecimento legal não atingem apenas os moradores de Campo Alegre, e sim o conjunto da população rural de Nova Iguaçu. O Plano Diretor da cidade, aprovado em 1997, não reconhece sequer a existência de áreas rurais no município. Como o Plano Diretor é o instrumento oficialmente responsável por definir a existência ou não de

áreas rurais, a população rural de Nova Iguaçu foi considerada inexistente. Somente em 2006 foi aprovada uma Lei Completar (nº 016) que revisou esse tema do Plano Diretor e voltou a reconhecer as áreas rurais do município. Atualmente, está em debate na Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu uma nova proposta de Plano Diretor da cidade, que confirma o reconhecimento dessas áreas.

No que se refere à educação, a situação de Campo Alegre combina avanços importantes com uma série de limitações. Dados da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu mostram que, das 125 escolas da rede municipal, apenas 12 estão em áreas rurais, atendendo a quase 3 mil alunos. Das escolas rurais, apenas quatro recebem recursos do Programa Mais Educação, do governo federal, que incentiva a oferta de atividades complementares de esporte, lazer, arte, reforço escolar e outros. Isso porque uma das exigências do Programa é que as escolas tenham, no mínimo, 100 alunos, o que não é a realidade de



Raquel Torres

Escola em Campo Alegre, Nova Iguaçu

dois terços das escolas rurais de Nova Iguaçu.

Nesse contexto geral, a situação de Campo Alegre se destaca: o acampamento conta com uma escola em seu território, a Escola Municipal Campo Alegre, que oferece o primeiro segmento do ensino fundamental e tem 66 alunos – e, portanto, não é uma das contempladas com os recursos do Mais Educação. Num cenário nacional em que muitas escolas rurais são fechadas e diversos assentamentos não contam com escolas, a existência de uma escola em Campo Alegre é apontada como um avanço para a garantia do direito à educação. No entanto, os problemas enfrentados pelos alunos, pais, professores, funcionários e a comunidade do acampamento de uma forma geral fazem lembrar que a existência física de uma escola não é suficiente para a garantia plena do direito à educação.

Segundo Cláudia Lacerda, coordenadora político-pedagógica da escola, um dos principais problemas é o transporte: “A estrada é muito precária e, quando chove, os ônibus não entram aqui. A área do acampamento é muito grande para ser percorrida a pé e os alunos dependem de uma única linha de ônibus, que é do município de Queimados, que passa em horários definidos. Neste ano, os horários

do ônibus não coincidem com os horários da escola, o que faz com que as crianças tenham que ir embora a pé”, conta. Ela ainda alerta para outra situação, que prejudica a implementação do horário integral, prevista pela prefeitura de Nova Iguaçu para todas as escolas da rede municipal, em Campo Alegre: “Tivemos que acabar com o horário integral porque temos problemas com o recebimento da merenda escolar. Isso inviabiliza a permanência das crianças aqui”.

Janete Aníbal, professora da escola, credita os problemas estruturais à falta de recursos. E pondera: “O argumento de que temos um número menor de alunos e que por isso teremos menos recursos precisa ser repensado. A realidade é que aqui não teremos o mesmo quantitativo de alunos de uma escola urbana, porque aqui a concentração de famílias é menor. Mas esses recursos são muito necessários para garantia da qualidade da educação aqui. Precisamos reformar o teto, porque a chuva cai dentro das salas de aula, mudar a fiação elétrica da escola, colocar novas portas, porque muitas não fecham, adquirir materiais que faltam e muitas outras coisas”, analisa.

Outro problema apontado é a ausência de oferecimento do segundo segmento do ensino fundamental e do ensino médio na

escola: “Os alunos têm que ir para Queimados ou outros municípios, e muitos acabam deixando de estudar. A secretaria de educação exige que comprovemos a demanda de alunos para passar a oferecer esses níveis de ensino, e solicita que façamos um levantamento do número de alunos que concluíram o primeiro segmento aqui. Estamos elaborando esse levantamento, mas isso não é suficiente. Há famílias que chegam aqui com crianças já no segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio, que nem passam pela nossa escola. O levantamento deveria ser feito em toda a região”, diz Cláudia.

Mesmo diante das dificuldades, a educação em Campo Alegre tem avançado em alguns aspectos. Assim como na Escola MST, as duas professoras participam do projeto Escola Ativa, vinculado à Secad, que oferece formação aos profissionais de turmas multisseriadas da educação do campo e elabora materiais didáticos específicos para a realidade rural. Elas contam que o Escola Ativa é positivo por apontar a formulação de um projeto de educação identificado com a vivência prática das crianças, e destacam o desenvolvimento da leitura e da escrita como uma das maiores necessidades dos alunos de Campo Alegre: “A partir da identificação dessa realidade, desenvolvemos na escola uma oficina de incentivo à palavra. Ela foi pensada principalmente para horário integral, mas hoje acontece também no horário regular com um tempo de 50 minutos para cada turma. Trabalhamos textos clássicos e diversos gêneros, como cantigas de roda e outros. E a biblioteca fica aberta para que os alunos façam empréstimos. Eles podem levar os livros para casa e trazer uma semana depois”, conta Janete.

Política de Estado?

No contexto de omissão do Estado e precariedade para a



Incentivo à leitura em Campo Alegre



Transporte escolar em Pirai: ainda longe de casa

garantia de direitos, iniciativas da sociedade em Campo Alegre acabam cumprindo papéis importantes. É o caso do Projeto Pequeno Lavrador, que existe na região há 12 anos por iniciativa de uma Organização Não Governamental alemã. O projeto, que funciona na parte da tarde, quando as crianças saem da escola, oferece aulas de reforço escolar, desenvolve atividades de agricultura e reserva um tempo para atividades lúdicas. Aparecida de Oliveira Santos, uma das professoras do projeto, destaca a importância de incentivo à agricultura na região: “Com a falta de recursos, muitos moradores não conseguem sobreviver apenas da agricultura e precisam procurar trabalho fora daqui. Queremos que as crianças aprendam a lidar com a terra, e que com isso possam incentivar seus pais a plantarem também”. Isabel Brasil lembra que situações como essa são

comuns em todo o país e evidenciam uma questão de fundo: “O Estado deixa de fazer o seu papel e cada território resolve da sua maneira. Isso expressa a falta de política para a educação do campo, já que isso é uma função do Estado. É justo que a população tente resolver, porque não vai ficar esperando. Mas o Estado tinha que entender que esta iniciativa é uma reivindicação por escola”, avalia.

Pirai: assentamentos não têm escola

Em 8 de março de 2006, durante a Jornada Internacional de Luta das Mulheres organizada pelo MST e pela Via Campesina, trabalhadores ocuparam uma fazenda no centro-sul do estado do Rio de Janeiro, na área rural do município de Pirai. Depois de seis meses de ocupação, uma ação de despejo retirou os trabalhadores do local. A saída encontrada para continuar organizando as mobilizações pela terra foi montar um acampamento à beira da estrada. O processo de desapropriação da fazenda avançou e, no final de 2006, a área foi reocupada pelos trabalhadores sem-terra, que permanecem até hoje lá.

O local, chamado de Assentamento Roseli Nunes – uma homenagem à militante do MST morta em uma marcha pela terra no Rio Grande do Sul –, foi oficialmente desapropriado e hoje os trabalhadores discutem a organização dos lotes que compõem o assentamento. No entanto, mesmo depois da desapropriação da área e do início do processo de assentamento, as 45 famílias que moram e trabalham no Roseli Nunes ainda não contam com uma escola que as atenda. Segundo Marcelo Luiz de Souza, militante do MST e

assentado do Roseli Nunes, a falta de escola é um dos mais graves problemas que expressam a precariedade material enfrentada pelos moradores do assentamento, mas não o único: “Desde que saímos da beira da estrada e voltamos para cá, enfrentamos muitas dificuldades. A falta de estrutura é geral: as casas são precárias, não temos energia elétrica e nem saneamento básico. E as nossas crianças não têm uma escola aqui no assentamento. Precisam ir estudar fora daqui”, conta.

A realidade não é muito diferente em uma área localizada a apenas seis quilômetros dali. Um outro assentamento de trabalhadores rurais sem-terra, o Terra da Paz, enfrenta dificuldades muito semelhantes às que foram relatadas por Marcelo. As famílias do Terra da Paz, que também não contam com uma escola na área do assentamento, iniciaram sua mobilização pela terra em 2004. A ocupação começou em uma fazenda localizada no município de Pinheiral, vizinho a Piraí. Quando uma ação de despejo retirou os trabalhadores de lá, a ocupação foi reorganizada em Piraí. Dessa vez, a luta obteve conquistas: há cerca de quatro anos, a área foi desapropriada e entregue às famílias pelo Incra. No entanto, segundo os trabalhadores, os problemas estruturais persistem: além da inexistência de escolas, ainda faltam os créditos agrícolas para obtenção de ferramentas, sementes para plantio e para construção das casas no Terra da Paz. Além disso, só neste ano de 2010, passados quatro da conquista da terra, foi iniciado o processo de parcelamento – a organização do espaço do assentamento.

As crianças do Roseli Nunes e do Terra da Paz estudam, hoje, em escolas cujo tempo de distância dos assentamentos varia de 30 minutos a 1,5 hora. Duas delas, a Escola Municipal Hugo Lemgruber Portugal e a Escola Estadual Coronel Camisão, ficam em Santanésia, um distrito de Piraí. A primeira oferece educação infantil e o primeiro segmento do ensino fundamental, e a segunda oferece o segundo segmento do ensino fundamental e o ensino médio. A outra escola

frequentada por alunos do assentamento é a Escola Municipal Rosa Carelli, localizada no Varjão – um bairro de Piraí. Ela oferece o primeiro e segundo segmentos do ensino fundamental. Dados da Secretaria Municipal de Educação de Piraí evidenciam a demanda por escolas rurais na região: a rede municipal de ensino tem vinte escolas, sendo seis rurais e 14 urbanas. As escolas rurais atendem a 267 alunos, e as urbanas, a 5.384. No entanto, do total de alunos das escolas urbanas, 326 são moradores de áreas rurais que precisam deslocar-se até as escolas da zona urbana.

Transporte é problema

O transporte das crianças assentadas até as escolas, assim como a volta das escolas para os assentamentos, é feito através de ônibus disponibilizados pela prefeitura de Piraí. No Roseli Nunes, as crianças são buscadas e levadas em suas casas. Mas, no assentamento Terra da Paz, o





Raquel Torres

Escola Popular Zumbi dos Palmares

transporte busca e deixa as crianças em um ponto único. O percurso entre o ponto de ônibus e as casas, que chega a um quilômetro e trezentos metros, é feito a pé pelas crianças. E mesmo isso foi conquistado recentemente: até o ano passado, o ônibus não entrava no assentamento, obrigando as crianças a andarem até a beira da estrada para esperá-lo.

Segundo Rafaela, 13 anos, assentada do Terra da Paz e estudante da Escola Municipal Hugo Lemgruber Portugal, o problema persiste: “O ônibus só entra quando o tempo está bom. Quando chove e a estrada fica com lama, ele não entra no assentamento e temos que pegá-lo na estrada”, conta. E completa: “Normalmente, quando o ônibus entra, acordamos às 5h, e quando chove temos que acordar mais cedo ainda. Se atrasarmos um pouco, ficamos sem o transporte escolar. Aí precisamos pedir carona nos ônibus de linha. Seria muito melhor se tivesse uma escola aqui. É muito cansativo ir pra longe e acordar tão cedo assim”, avalia.

Joyce, de dez anos, também mora no Terra da Paz e estuda na mesma escola de Rafaela. Ela conta que as duas são da mesma turma, que reúne alunos dos quarto e quinto anos do ensino fundamental, e que, apesar de todas as dificuldades estruturais, gosta da escola e de estudar. “A nossa escola é pequena, e o pátio é pequeno também. Temos só três salas. As aulas de educação física acabam acontecendo na maioria das vezes no pátio, porque o campo, que fica fora da escola, tem muito carrapato. Acordo 5h para ir à escola, e fico cansada por acordar tão cedo. Mas a escola é maneira. Na minha sala, que tem 15 alunos, tem três aqui do assentamento. Mas é como se todo mundo fosse do mesmo lugar, nos damos muito bem”, explica.

Da construção do prédio à elaboração do projeto pedagógico

Uma conversa na sede do Assentamento Roseli Nunes com os trabalhadores do local foi suficiente para constatar não apenas a amplitude dos problemas enfrentados pelas famílias sem-terra, mas também das reivindicações por elas construídas. Marcelo lembra que a construção de uma escola não atenderia apenas às demandas dos assentamentos, mas também de famílias de pequenos agricultores da

região que moram e trabalham muito perto dos assentamentos. Eles destacam, no entanto, que a escola a ser criada nessa área precisa estar integrada não apenas à realidade rural, mas também às especificidades dos assentamentos.

Simone, moradora do Roseli Nunes e integrante de um de seus núcleos de organização - que dividem por áreas o funcionamento do assentamento - explica que muitas vezes as escolas não estão adaptadas à realidade dos moradores dos assentamentos: “Temos um grande problema em relação aos trabalhos escolares. Os professores pedem que eles façam trabalhos em computador, de um dia para o outro. Aqui não temos nem energia elétrica, como as crianças farão esse tipo de trabalho?”, questiona.

Por esse motivo, as famílias explicam que as reivindicações não são apenas estruturais. Segundo elas, não basta construir o espaço físico da escola. É preciso que os estabelecimentos de ensino tenham projetos que se relacionem à realidade dos alunos do campo e, especificamente, dos assentados da reforma agrária. É o que explica Nelson, também assentado do Roseli Nunes e integrante de um de seus núcleos: “Quando falamos que queremos uma escola, dá a impressão de que estamos reivindicando um prédio. O problema vai muito além disso. A preocupação maior tem que ser com as pessoas que vão trabalhar nessa escola, com o que vai se ensinar nessa escola, com que método... Queremos um projeto comprometido com a construção de uma nova sociedade, que esteja inserido na realidade rural e problematizando questões da cultura camponesa”, sintetiza.

Por que escolas no campo?

Para a professora Roseli Caldart, do setor de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), já que a educação é um direito, o acesso a ela deve ser facilitado de todos os modos.

O MST luta por escolas nos assentamentos e acampamentos, próximas dos locais de moradia dos estudantes. Por quê?

O movimento defende a escola perto de casa pensando principalmente nas crianças pequenas. Não se trata de defender que a escola seja necessariamente do lado de casa durante toda a educação básica sem que haja condições objetivas para isso, como o número de educandos. Não é algo absoluto, mas é um direito que deve ser respeitado dentro das condições objetivas e dentro da concepção de território, para que o educando não precise se desligar dos processos produtivos e culturais, que o constituíram. Ele pode escolher estudar em outro local, mas que seja uma escolha, e não uma imposição. E isso é uma questão de todos, não só do campo, mas que justamente no campo tem sido sistematicamente desrespeitada por se alegar que não há condições objetivas.

O argumento muitas vezes utilizado é que o número de alunos em determinada localidade é muito pequeno para se manter uma escola rural. Ele é válido?

Na verdade, temos que pensar as duas situações. Eu conheço escolas no Rio Grande do Sul, onde

eu moro, que foram fechadas e não tinham cinco alunos, tinham 50, 60 alunos e o que aconteceu foi uma política de fechamento. É falso o argumento de que as escolas estão sendo fechadas porque são inviáveis. Existe esta situação? Sim, mas há uma política de fechamento. Não se pode também pensar a educação em si mesma, é preciso perguntar porque só há cinco estudantes nesta comunidade. Considerando que a educação não se resolve em si mesma, pode-se não fechar a escola, mas outros processos que estão acontecendo vão simplesmente desestruturar esta comunidade, se há a entrada de grandes empresas, se há o agronegócio avançando na região, também vai haver um esvaziamento, com ou sem escola.

Qual a opinião do movimento sobre a multissérie?

Nós não temos o modelo seriado como o grande ideal. Na concepção de escola baseada na série, em que se formalizam determinados aprendizados durante um tempo, se padroniza, não se respeitam os diferentes tempos de aprendizagem e não se considera a diferença de necessidades, de interesses, características dos diferentes ciclos etários. É muito simplificador dizer que queremos a escola seriada porque a multisseriada não atende. Na verdade, a ideia da junção por ciclos etários de formação, que respeita esta ideia da temporalidade, está muito mais próxima da ideia que temos.

Há experiências de escolas nos assentamentos e acampamentos que utilizam os ciclos?

Há escolas de assentamentos e escolas itinerantes do Paraná que conseguiram a autorização para funcionar em forma de ciclos. Outras experiências aconteceram quando os sistemas municipais aderiram a esta proposta, então as escolas entraram juntas. Há experiências que não deram certo porque não se pode entender o ciclo como forma de resolver o problema, é preciso concebê-lo como um projeto educativo, que considere o tempo de vida, as características, as diferenças de aprendizado. À medida que se monta o processo respeitando as características do sujeito, os educadores acabam se envolvendo com a educação destas pessoas e não apenas com a dimensão do conteúdo. Esta subversão é importante para repensar o projeto de escola, porque não queremos só professores de conteúdos, queremos educadores preocupados em disputar estes conhecimentos, ou seja, ter um projeto formativo para esta geração.

Qual é o quadro das escolas nos assentamentos e acampamentos?

Não temos dados objetivos de quantas escolas abriram e quantas fecharam. Mas as escolas dos assentamentos fazem parte do quadro de escolas do campo, então sabemos que mais fecharam do que abriram. As que abriram foi com pressão, uma conquista da comunidade. Proporcionalmente, se temos três mil escolas nos assentamentos, a grande maioria delas continua sendo dos anos iniciais. Há um número significativo que vai até o final do ensino fundamental, mas até pouco

tempo atrás não chegavam a 50 as escolas de ensino médio. O que conseguimos quase universalizar são as escolas de anos iniciais.

As escolas itinerantes sofreram perseguição no Rio Grande do Sul e foram fechadas. Como trabalham estas escolas?

Elas são escolas públicas, com uma diferenciação que é assegurada pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que diz que a escola precisa se ajustar aos educandos, e não os educandos à escola. Neste sentido, a legislação permite formas de funcionamento, de organização curricular e pedagógica que atendam as características, circunstâncias e condições objetivas de determinadas populações. Em muitos estados brasileiros a característica da luta pela terra é a itinerância, e exatamente porque dizemos que é um direito e ao mesmo tempo é um dever, é preciso flexibilizar as formas de acesso. A escola segue junto do acampamento, a estrutura física vai se montando a cada local, no próprio processo. E também há uma flexibilização no ano letivo, que pode começar a qualquer tempo. Há escolas itinerantes que são municipais, mas são exceções, pois a itinerância não acontece no âmbito de um município, então a legalização é estadual. Tudo isso é respaldado pela legislação educacional brasileira. Porém, como a escola itinerante tem esta vinculação com a luta pela terra, com movimentos sociais, num período de criminalização dos movimentos sociais, como o que estamos atravessando, haverá um tratamento diferenciado em que pese o respeito à legislação. O Rio Grande do Sul foi um estado pioneiro no reconhecimento das escolas itinerantes, em 1996, e nos últimos anos passou um processo acionado pelo governo estadual de fechamento destas escolas, com a argumentação de que as crianças não deveriam participar deste processo de luta. As crianças estavam na escola e o estado as retirou, e não há condições objetivas de serem acolhidas nas escolas municipais tradicionais. Esta é uma questão política.

E em outros estados há escolas itinerantes?

Hoje, no Paraná, há o maior número de escolas itinerantes. Em Santa Catarina, também há. Houve a aprovação também em Alagoas, e alguns outros estados tentaram: Goiás tenta há bastante tempo, mas sempre há algum impedimento.

Estes professores das escolas itinerantes são da rede estadual?

Há uma mistura. Não é tão simples ter professor da rede pública que se disponha a trabalhar no acampamento. O acordo com a secretaria de educação do Paraná diz que deve haver professores com a formação necessária para atuar, mas muitas vezes se aceita que estas pessoas sejam do próprio acampamento, desde que elas tenham curso de magistério, algumas até estão fazendo pedagogia. As pessoas não são concursadas, são contratadas. Isso se consegue para os anos iniciais do fundamental, mas dificilmente se consegue em relação aos anos finais e ensino médio porque o nosso espectro de formação é menor, já que é exigida habilitação por área. Há ainda pessoas que estão fazendo graduação nas universidades, que, como parte da sua formação, ainda durante o período da graduação, vão ajudar no trabalho com anos finais do ensino fundamental. E no caso daqueles que são da rede pública, é

acordado que tenham disponibilidade de passarem por processos de formação que os permitam entender a realidade.

Sem esta formação, como o professor lida com a realidade?

Fica complicado. Ele sofre porque precisa de uma mudança de concepção de escola. Por isso mesmo temos a pedagogia da terra e defendemos a licenciatura do campo, já que as licenciaturas, de forma geral, não chegam nem a discutir as especificidades. Quando o professor vai trabalhar, seja em escola de periferia urbana, seja no campo, é que descobre a realidade. A nossa grande briga ao montar estes cursos específicos é entendermos que é preciso formar professores voltados para atuar com realidades concretas e sujeitos específicos.

Os estudantes do movimento sofrem preconceito nas escolas?

As experiências que temos de discriminação dos estudantes nas escolas é muito grande, pois há todo um trabalho de criminalização do movimento e a mídia mostra os Sem-Terra como criminosos. Temos muitas situações de discriminações profundas, a ponto de não adiantar as crianças irem para a escola, porque não aprendem. Há situações que os companheiros e companheiras do setor [educação do MST] socializam nas reuniões, como por exemplo se numa escola há apenas x carteiras e entram novas crianças que são as do acampamento, quais são as que vão ficar no chão? As do acampamento. Está naturalizado que elas estão ali de favor, há uma discriminação porque cheiram a fumaça, já que no acampamento este é o jeito de se aquecer, porque estão descalças, etc. ●

Eleições em pílulas

A primeira eleição para governança local no Brasil de que se tem notícia foi em 1532, quando se elegeu o Conselho Municipal da Vila de São Vicente, em São Paulo. Mas eleições gerais demoraram mais três séculos para acontecer: foram realizadas apenas em 1821, para escolher representantes do Brasil nas cortes de Lisboa. Só que as formalidades eram tantas que o processo durou vários meses, e algumas províncias sequer conseguiram eleger representantes.

Eleições realizadas dentro de igrejas, cerimônias religiosas precedendo as votações e a determinação de que apenas católicos pudessem se eleger deputados foram algumas das características do processo eleitoral em determinados momentos do Império no Brasil. A separação legal entre Estado e igreja só veio com a Constituição de 1891.

As eleições diretas foram instituídas no país pela Constituição de 1891, mas as desse ano – as primeiras para presidente – ainda foram realizadas indiretamente, por determinação das disposições transitórias da própria Carta Magna.

Analfabetos podiam votar até 1882, quando o decreto nº 3.029, conhecido como Lei Saraiva, proibiu isso. Somente em 1985, mais de cem anos depois, eles voltaram a ter esse direito.

As mulheres podem votar no Brasil desde 1932.

A primeira Lei Eleitoral do Império data de 1824. Até 1842 era possível votar por procuração e o

alistamento eleitoral era feito no próprio dia da eleição.

O voto secreto só foi instituído em 1875.

O Brasil foi o primeiro país a fazer uso das urnas eletrônicas, em 1996 – na época, ela foi implantada em cerca de 50 municípios. Em 2000, todo o território brasileiro passou a ter eleições informatizadas. Mas até hoje o dispositivo causa certa desconfiança: enquanto muita gente destaca a agilidade que a urna eletrônica proporciona ao processo eleitoral, há também quem afirme que ela não é totalmente segura e permite fraudes.

O tempo de mandato dos presidentes no Brasil já variou entre quatro e seis anos. A Constituição de 1988 estabelecia um período de cinco anos e proibia a reeleição. No entanto, em 1997 uma emenda constitucional reduziu esse tempo para quatro e definiu a que presidentes, governadores e prefeitos poderiam se reeleger por mais um período subsequente. Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente a ser reeleito nesses moldes, em 1998. Essa medida não foi consensual e hoje há propostas para extinguir a eleição novamente e restabelecer o mandato de cinco anos.

Fonte: site do Tribunal Superior Eleitoral (informações disponíveis em http://www.tse.gov.br/institucional/biblioteca/site_novo/historia_das_eleicoes/index.html)

PRA LEMBRAR

29/setembro

Em 1992, a Câmara Federal aprovou o impeachment de Fernando Collor, que havia sido eleito em 1989, nas primeiras eleições diretas para presidente do Brasil desde 1960.

5/outubro

Foi promulgada a Constituição Brasileira de 1988. A chamada ‘Constituição Cidadã’ coroou a redemocratização do país: a carta de 1967, anterior a ela, institucionalizava a ditadura.

25/outubro

O jornalista Vladimir Herzog, ligado à luta contra a ditadura civil-militar, foi morto em 1975 sob tortura nas dependências do DOI-Codi. A causa oficial de sua morte, divulgada na época, foi suicídio.

Eleições 2010



Quando você receber esta revista, as eleições estarão quase chegando. Em outubro, cerca de 136 milhões de brasileiros vão eleger deputados estaduais e federais, senadores, governadores e um novo presidente da república para os próximos quatro anos. Preocupada em oferecer aos leitores informações que subsidiem suas escolhas, a Poli procurou todos os candidatos à presidência para que eles apresentassem suas propostas para saúde, educação e trabalho.

Regras

Este ano há nove candidatos à presidência, embora poucos deles tenham espaço normalmente nos jornais e revistas. Para não deixar nenhum de fora, entramos em contato com as equipes dos nove nomes – Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), Eymael, do Partido Social Democrata Cristão (PSDC), Ivan Pinheiro, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Levy Fidelix, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Marina Silva, do Partido Verde (PV), Plínio de Arruda Sampaio, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Rui Costa Pimenta, do Partido da Causa Operária (PCO) e Zé Maria, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Por meio de uma conversa telefônica e posterior envio de e-mail – todos os contatos foram realizados no mesmo dia – solicitamos um artigo de aproximadamente 9 mil caracteres, equivalentes a duas páginas da revista, que abordasse as três principais áreas de interesse da revista, além de uma fotografia de divulgação. Pedimos ainda que, se houvesse propostas mais intimamente relacionadas à educação profissional em saúde, elas estivessem presentes no artigo enviado.

Apesar de dispormos de duas páginas da revista para cada candidato, explicamos que, se fosse opção da campanha, seria possível escrever apenas uma página (o que equivale a 4.100 caracteres), e esclarecemos que os artigos de uma página apareceriam por último. O prazo dado para que todos os candidatos enviassem seus artigos foi o mesmo: aproximadamente um mês.

Embora tenham sido contatados, Marina Silva, Rui Costa Pimenta e Eymael não enviaram os textos. Os artigos estão apresentados em ordem alfabética pelo nome do candidato, com exceção de Levy Fidelix, cujo texto ficou na última página por ser menor que os outros.

Esperamos que essa edição da Poli possa ajudá-lo a entender melhor as propostas e tomar sua decisão. Bom voto!



Educação e trabalho para o futuro

Durante mais de duas décadas, o Brasil se resignou à forte instabilidade econômica, oscilando entre momentos de crescimento e de estagnação. A partir de 2003, o País passou a viver um novo ciclo de desenvolvimento, ingressando numa rota virtuosa de crescimento, combinado a uma extraordinária redução da pobreza e da desigualdade de renda, forte inserção internacional, redefinição (para melhor) dos investimentos públicos e privados e manutenção da estabilidade da moeda. Esses movimentos permitiram à população voltar a sonhar alto. O resultado é que hoje ninguém deseja retroceder aos passos lentos e sofríveis dos anos 1980 e 1990, e sim mirar um futuro mais luminoso, preparando o País para a entrada em definitivo no grupo de nações desenvolvidas do planeta.

Para o Brasil seguir mudando, no entanto, não basta estar assentado nas novas bases construídas nos últimos sete anos e meio. Não basta a condição de povo criativo, uma democracia sólida e vibrante, um mercado interno consolidado, a maior reserva florestal do planeta, a mais limpa matriz energética do mundo, um parque industrial diversificado, uma agricultura cada vez mais pujante e um Estado recomposto. São fatores essenciais, mas o salto para o futuro, em construção no presente, será dado somente se o Brasil conjugar esses movimentos estruturais de mudança com educação e trabalho. Em alguns anos, o Brasil será a quinta economia mundial, e somente a democratização da educação, com a entrada do País na sociedade do conhecimento, dará garantias à população de que a robustez econômica se reverterá em condições efetivas de riqueza, desenvolvimento e felicidade.

Eis um debate que, na teoria, assistimos há mais de um século – que o digam nomes como Rui Barbosa e Manoel Bonfim, na República Velha, e Darcy Ribeiro. A prática, no entanto, começou há

pouco tempo. Alguns acertos feitos se mostraram, porém, escassos para a exigência do país. Houve negligência em relação ao ensino médio, estagnação do ensino técnico e paralisia nas universidades públicas. Foi no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que se retirou a política educacional de um estado de lassidão e se promoveu uma mudança de paradigma.

O governo reconstruiu a gestão da educação brasileira, corrigiu a política da indiferença e estabeleceu novas prioridades: uma política integrada de ensino, da creche à universidade; universalização da educação básica de qualidade; democratização do acesso ao ensino; garantia de permanência dos alunos na escola; superação da exclusão por classe social, etnia ou gênero; fortalecimento da relação do ensino com o trabalho; e, por último, mas o mais importante, valorização dos profissionais da educação. Agora é o momento de dar sequência à transformação educacional que está em curso no Brasil – da creche à pós-graduação.

Completar a revolução educacional significa, por exemplo, oferecer remuneração condizente com a importância dos professores e ter um compromisso com a educação de qualidade. Nesse ponto já avançamos bastante. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica aumentou de 3,8 em 2005 para 4,6 em 2009, superando a meta prevista de 4,2 para aquele ano. É difícil imaginar uma educação de qualidade sem professor bem pago e sem uma formação continuada garantida. Por isso, implantamos o piso salarial nacional para os professores, que, em 2010, já corresponde a R\$ 1.024,67. Nossos professores do ensino básico e do nível médio devem ter formação universitária. Com este objetivo, foi criado o sistema Universidade Aberta do Brasil, que atualmente oferece 129 mil vagas. Estas ações terão continuidade a partir de 2011.

Será preciso também espalhar o que o presidente Lula voltou a fazer: escolas profissionalizantes por todo o Brasil, levando aos municípios escolas técnicas capazes de abrir oportunidades de empregos para seus alunos. Felizmente o País voltou a construir escolas técnicas profissionalizantes. Em oito anos terão sido construídas 214 novas escolas. Para mostrar bem o que esse número representa, basta lembrar que, da primeira escola técnica brasileira, criada em 1909 pelo então presidente Nilo Peçanha, até 2003, foram apenas 140 unidades construídas. No governo anterior, aprovou-se uma lei que dava à União o papel da construção da escola técnica, mas a obrigação de mantê-la ficava nas mãos dos governos estaduais, das prefeituras ou da iniciativa privada. Era uma lei que inibia a criação de novas escolas porque é muito mais caro mantê-las do que construí-las. Pagamento de professores, construção de materiais, manutenção de equipamentos, conservação dos prédios, tudo isso resultava em barreiras intransponíveis para estados e municípios mais pobres. Em outras palavras, justamente os mais necessitados não enxergavam a saída.

Com a mudança na lei, proposta pelo governo Lula, o Brasil pôde começar a compensar o atraso. E até 2014 o nosso projeto é construir escolas em municípios com mais de 50 mil habitantes e cidades pólo de microrregiões. Assim haverá escolas de ponta a ponta do Brasil – um fator essencial para um País que está crescendo muito e vai crescer ainda mais, exigindo mais profissionais especializados. Trabalhador qualificado, que frequenta escola técnica, necessariamente resulta num trabalhador mais bem pago, com salário maior e mais garantia de emprego.

Se temos de formar técnicos altamente preparados, também precisamos de pesquisadores com curso superior, capazes de ensinar e liderar o salto do desenvolvimento. Por essa razão a revolução educacional passa ainda pela qualificação do ensino universitário, reforçando a pós-graduação, equipando nossas universidades e assegurando bolsas de estudo aos alunos mais necessitados. Felizmente se deixou para trás a era da satanização do ensino público superior, assim como uma dicotomia bizantina: ou se investiria nas universidades ou no ensino básico. Como se fosse possível ter qualidade no ensino básico sem professores capacitados. Aonde o País iria parar se mantivéssemos as universidades sucateadas? É impossível fazer transferência de tecnologia sem institutos de pesquisa. Quem será o portador do desenvolvimento científico e tecnológico se não houver uma política para formar doutores e mestres?

Essa nova etapa do desenvolvimento exigirá do Brasil maiores investimentos em pesquisa, inovação e política industrial. A meta, a partir de 2011, é ampliar o esforço iniciado em 2003, focando nos setores portadores de futuro. É o caso da biotecnologia, agroenergia e fármacos. Neste último caso, é preciso dar condições às nossas instituições de pesquisa, universidades e empresas para que sejam capazes de desenvolver aqui remédios adequados e mais baratos. Será preciso fortalecer o tripé empresas privadas-institutos tecnológicos-redes universitárias. Isso vai favorecer nosso parque industrial, aumentar o emprego de qualidade e reforçar nossa competi-

tividade. Trata-se de uma soma de esforços que garantirá a condução da sociedade brasileira à tecnologia e ao conhecimento. Trata-se de uma evolução fundamental – a democratização no acesso à informação, à tecnologia, à cultura e ao conhecimento.

Tarefa ainda mais imprescindível quando se analisa um setor tão prioritário como a saúde. O nosso projeto passa pelo compromisso com o Sistema Único de Saúde, uma das maiores conquistas da sociedade brasileira nas últimas décadas. Essa importância foi reafirmada no governo Lula por meio de vários programas, como o Saúde da Família, eixo central da atenção básica à saúde, o SAMU, o Brasil Sorridente, as Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, o Programa Farmácia Popular, entre outros. Vamos construir a estrutura definitiva do SUS, elevando a qualidade da atenção básica, ampliando o acesso a serviços de urgência e enfrentando o desafio da oferta de tratamentos especializados.

Para isto será necessária a manutenção dos investimentos em unidades de atendimento, em aquisição de equipamentos e medicamentos e no financiamento à saúde pública em geral e, principalmente, na qualificação contínua dos nossos profissionais. Essa necessidade se atrela ao nosso plano educacional e à defesa implacável da educação e da saúde como ações prioritárias do Brasil nos próximos anos.

No novo mundo da economia e do trabalho, as escolhas nacionais estão sendo feitas, e cabe a nós optar pela trilha mais adequada às demandas do País. As decisões de hoje asfaltarão o caminho técnico do amanhã em bases superiores. ●

Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) é candidata à Presidência da República pela coligação Para o Brasil seguir mudando.



Um programa anticapitalista e anti-imperialista

A candidatura de Ivan Pinheiro a presidente da República, pelo PCB, não é propriamente um evento eleitoral: trata-se acima de tudo de uma campanha política, uma campanha movimento que, além de denunciar o capitalismo e apresentar propostas alternativas para o País, realizará um diálogo direto com a população, buscando conscientizá-la da necessidade das profundas transformações no País. A candidatura comunista parte do princípio de que os interesses populares devem ser prioritários e, portanto, devem estar acima dos interesses privados e da lógica do lucro. Nós iremos tornar públicos todos os serviços essenciais do País. Para tanto, torna-se necessária a organização popular, com a pressão mobilizadora do povo para garantir as conquistas de um governo popular.

Saúde Pública

As políticas desenvolvidas pelos governos militares levaram à mercantilização da saúde no País. Nos anos 1990 esse processo se intensificou em função das políticas neoliberais, que resultaram numa privatização da saúde pública. O governo cortou as verbas para a expansão dos hospitais públicos, a pesquisa, a manutenção e reequipamento dos hospitais em geral, construção de postos de saúde, além do aviltamento do salário dos profissionais da área, fatos que levaram ao sucateamento da saúde pública no País.

A saúde pública estruturada no Sistema Único de Saúde (SUS), para a construção da qual o PCB teve papel fundamental, foi relegada a um segundo plano, pois o SUS previa uma gestão democrática e paritária do sistema. Como esse modelo não interessava às autoridades privatistas, procurou-se desmontar o SUS, mediante a desfiguração dos Conselhos de Saúde e da política democrática do Sistema. As políticas implementadas durante o neoliberalismo abandonaram ou relegaram a um segundo plano as ações de prevenção de doenças, resultando num grande contingente sem acesso ao tratamento ambulatorial, em muitos casos expostos a doenças há muito extintas no Brasil.

Nessa conjuntura cresceu no País a medicina privada. Hoje, a maior parte dos hospitais é de propriedade particular, muitos dos quais construídos com dinheiro público. Temos no País a mercantilização da medicina, voltada para as camadas ricas da sociedade, enquanto a grande maioria da população tem uma saúde pública de péssima qualidade, um atendimento precário, com os hospitais públicos abarrotados, os doentes atendidos em macas pelos corredores e os profissionais da saúde ganhando um salário indigno.

Esse quadro favoreceu as empresas de planos de saúde, de seguro saúde e semelhantes, que ocuparam o vazio institucional, cobrando dos trabalhadores mensalidades exorbitantes e sequer pagando ao governo quando seus segurados são atendidos nos hospitais públicos pelo SUS. Estas empresas vêm, cada vez mais, restringindo o atendimento aos associados, reajustando as mensalidades acima da inflação e pagando menos aos médicos conveniados.

O cenário de degradação da saúde se torna mais grave em função da terceirização implantada nos próprios hospitais públicos. Começando, gradativamente, por áreas não específicas, hoje largos setores da rede pública estão terceirizados. A iniciativa privada está desmantelando, por dentro, o que ainda resta de rede pública no País, mediante a transformação dos hospitais em fundações públicas de direito privado, ou gestão privada das instituições hospitalares, mediante ONGs e OSCIPs, cujo objetivo é reforçar a privatização da saúde.

A candidatura Ivan Pinheiro entende que os problemas de saúde do País são oriundos da política governamental, da ganância e do lucro das empresas e hospitais privados. Compreende também que a resolução dos problemas relacionados à saúde está ligada à questão do salário, da renda,

do saneamento básico, do sistema educacional, da participação efetiva da comunidade na gestão da saúde pública e no estabelecimento das prioridades orçamentárias.

Como primeira medida nesse sentido, criaremos os Conselhos Populares de Saúde, reunindo a população e os profissionais da área para que tenham amplos poderes para garantir, efetivamente, o acesso universal ao sistema de saúde e o atendimento ambulatorial gratuito e de qualidade a toda população, além da definição de prioridades orçamentárias ao setor de saúde.

O governo comunista vai implantar um sistema hierarquizado e integrado de saúde de primeiro, segundo e terceiro graus, envolvendo desde os atendimentos ambulatoriais, passando pelos hospitais em geral, até os hospitais especializados de referência. Iremos generalizar o programa de saúde da família para acompanhamento sistemático e organizado da saúde da população, como ocorre, por exemplo, em Cuba e na Venezuela. Iremos ampliar de maneira generalizada o número de postos de saúde nos bairros, desafogando o sistema e realizando a formação massiva de agentes de saúde para atuar junto às comunidades.

Aos profissionais da saúde, sejam eles médicos, enfermeiros ou técnicos, o governo comunista tem um programa especial. Em primeiro lugar, realizará concurso público para a contratação destes profissionais, com remuneração compatível e plano de carreira. O governo comunista vai aumentar substancialmente as verbas para os centros de pesquisa, como Fiocruz e Butantan, entre outros, e implantar novos centros especializados de pesquisa em todas as regiões do País, de forma a garantir autonomia científica nacional na área de fármacos e medicamentos em geral.

Educação Integral

O Brasil tinha uma educação pública de alto nível e as institui-

ções privadas eram poucas até meados dos anos 1960. No entanto, com o golpe militar de 1964 ocorreu uma política deliberada de privatização do ensino público. A ditadura reduziu as verbas para a educação, perseguiu ou expulsou, das escolas e universidades, os professores comprometidos com o ensino crítico, reduziu os salários dos professores em geral e estimulou o ensino privado, inclusive, com abundantes créditos oficiais. Esses fatores tornaram o ensino público cada vez mais precário, de má qualidade e possibilitaram que a iniciativa privada fosse ocupando, gradativamente, o espaço que antes era público.

A partir da década de 1980, a educação brasileira já estava hegemonizada pelo ensino privado. As universidades públicas, em número reduzido em relação à demanda, absorvem apenas um quinto dos universitários do País. Essa demanda reprimida fez com que as universidades privadas, de menor qualidade, se espalhassem pelo País como um rastilho de pólvora, tanto que hoje cerca de 80% dos universitários estudam em escolas particulares.

Além disso, uma das heranças mais nocivas da ditadura, e que foi reforçada pelos governos democráticos que a sucederam, é a educação alienante. O ensino serve apenas para o treinamento ao mercado de trabalho, se restringe a adestrar os alunos para as funções no sistema capitalista. Não lhe é dada nenhuma formação crítica que possa colocar em xeque a sociedade excludente, injusta e desumana em que vivemos, nem permite uma formação integral, libertadora e humanista.

O governo comunista vai criar os Conselhos Populares de Educação, como forma de integrar e comprometer a comunidade com os destinos da escola e da educação de seus filhos e ampliar as verbas para a educação. Todas as escolas deverão funcionar em tempo integral, para que os estudantes possam estudar e realizar as ativi-

dades práticas e o lazer na escola. Transformar a escola num ambiente agradável, comunitário, onde os alunos sintam prazer em estudar e os seus pais tenham a escola como referência de futuro para seus filhos.

O governo comunista vai valorizar os professores e todos os profissionais da educação. Salário é fundamental para a qualidade da educação, por isso desenvolverá um programa de melhoria das condições de trabalho e salários dos professores, um vigoroso programa de capacitação dos professores, com estímulo à pós-graduação.

Mundo do Trabalho

A economia brasileira é uma das dez principais economias do mundo, mas do ponto de vista social é uma das mais desiguais do planeta. Isto é fruto da permanente exclusão dos trabalhadores da vida política do país e da repressão aos movimentos sociais. Portanto, é necessário romper com essa lógica da barbárie. Uma das principais propostas que apresentamos é a obrigatoriedade de garantia do emprego para todos as pessoas que desejem trabalhar. Também é fundamental uma política de rendas que inclua a progressividade dos impostos, dentro do princípio de que quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos e quem não tem nada não paga nada.

Os comunistas defendem uma política de recuperação do poder de compra dos salários e, especialmente do salário mínimo, de forma que este atinja no prazo de quatro anos o nível estabelecido pelo Dieese. Ainda dentro da melhoria das condições de vida do povo, é necessária uma nova política para a previdência social, solidária, que universalize a previdência, acabe com o fator previdenciário e garanta o aumento de proventos e pensões. ●

Ivan Pinheiro é candidato à Presidência da República pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).



Educação, saúde e emprego para o Brasil avançar

As minhas andanças por este país têm me revelado histórias emocionantes e surpreendentes. Há alguns dias, no interior de Alagoas, conheci um jovem rapaz que me mostrou algo que é motivo de muito orgulho e de muita alegria para ele e para a sua família: um diploma que o habilita a atuar na área da saúde como auxiliar de enfermagem. De origem bastante humilde, contou-me que não havia muitas perspectivas para o futuro, até ficar sabendo da existência de um programa de capacitação profissional. Assim como tantos outros em todo o Brasil, aproveitou a oportunidade de participar do PROFABE, o Programa de Profissionalização dos Trabalhadores da Enfermagem, que foi criado em 1999, quando fui ministro da Saúde. Hoje aproximadamente 300 mil trabalhadores que atuavam na saúde sem formação específica viram suas vidas mudar para melhor, pessoal e profissionalmente, depois do PROFABE. Esse rapaz é o exemplo que me motiva a avançar ainda mais na formação de profissionais da área da saúde.

A proposta é investir na qualificação dos recursos humanos e profissionalizar a gestão do Sistema Único de Saúde. Para se tornar realidade, teremos de estruturar e implementar um grande projeto de qualificação de técnicos em todos os níveis de governo. Vamos atuar tanto no pequeno município quanto na grande cidade da mesma maneira, sem diferenças, pois saúde é um direito universal. Faz parte do nosso plano de governo incentivar e fortalecer a formação continuada de nossos profissionais, desde os auxiliares de enfermagem até os diretores de hospitais, a partir de um programa nacional de formação permanente adequado às necessidades do SUS. Vai ser uma espécie de PROFABE ampliado para todos os níveis da saúde, e não faremos sozinhos. Queremos estabelecer parcerias para aproveitar as experiências das associações médi-

cas, odontológicas, de enfermagem e das universidades. Também integra o projeto de profissionalização na saúde, a criação de um programa nacional de qualificação à distância.

Em São Paulo, onde fui governador, criei um projeto parecido com o PROFABE e que, apesar de ter iniciado há pouco tempo, já está dando muito certo. O TecSaúde, Programa de Formação de Profissionais de Nível Técnico para a Área da Saúde, tem a missão de formar 100 mil técnicos para o setor, em três anos. O programa surgiu do objetivo de qualificar os trabalhadores da área de enfermagem, porque é onde há o maior contingente da força de trabalho. Além disso, a exigência cada vez maior de profissionais atualizados mobiliza os auxiliares de enfermagem a procurar cursos técnicos de nível médio. Detectamos diversos fatores que justificam a necessidade e a relevância de criarmos programas desse tipo em todo o país. O primeiro deles é a procura de estudantes que decidem fazer esse tipo de curso para ingressar na área da saúde. Cerca de 30% das pessoas que buscam esse tipo de formação já estavam matriculadas em cursos na área.

Existe uma ampla variedade de cursos técnicos – são 28, segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – que possibilitam ao estudante, depois de formado, atuar em instituições ligadas ao sistema de saúde, como hospitais, clínicas, postos de saúde, bancos de sangue, farmácias, hotéis, clubes, clínicas de estética, casas de repouso, etc. Mas essa diversidade também nos mostra que há uma grande quantidade de profissionais que atuam sem a devida qualificação e a situação é mais preocupante entre os profissionais de enfermagem, conforme apontam os dados do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo. Dezoito por cento dos profissionais registrados possuem nível superior, outros 23%

têm certificação técnica de nível médio e a maioria (59%) apresenta qualificação de auxiliar de enfermagem. Existem quase 1500 profissionais que atuam na área de enfermagem sem qualquer tipo de educação profissional, como é o caso dos atendentes de enfermagem. Temos que qualificar esses profissionais, pois a atenção à saúde é feita por pessoas e para as pessoas.

A maioria dos cursos é ministrada em estabelecimentos privados (71,2%); 19,9% em instituições estaduais, 4,7% federais e 4,2% são municipais. Mas, no Brasil, a área da saúde representa 30% do total de matrículas da educação profissionalizante. Se a demanda é tão grande, temos que mudar essa realidade, porque não são todas as pessoas que têm condições de estudar em escolas particulares, seja para se profissionalizar, seja para se aperfeiçoar. Outro problema para os trabalhadores da área é o rápido desenvolvimento da tecnologia em produzir novos produtos, medicamentos, serviços, equipamentos, o que implica atualização constante das práticas de saúde por parte desses profissionais. Dessa forma, o programa pretende ampliar a formação de profissionais com habilitações para o ingresso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados à população que se utiliza do SUS. Como a ideia é atender a todos os níveis de profissionais da área da saúde, vale destacar que a educação profissional se destina não apenas ao aluno egresso do ensino fundamental, mas também àquele dos ensinos médio e superior, seja jovem ou adulto. Um país não consegue avançar se não houver educação, saúde e emprego.

Foi pensando nos jovens que investimos pesado em São Paulo, no ensino técnico e no ensino profissionalizante, aqueles em que eles aprendem uma profissão. É absolutamente possível e necessário fazer o mesmo em todo o país. O caminho para o futuro está nas Fatec's – Faculdades de Tecnologia – onde o aluno tem ensino superior de qualidade, focado em atender às reais necessidades do mercado e da sociedade, totalmente gratuito. Hoje estão disponíveis 51 cursos de graduação tecnológica em diversas áreas, como agronegócio, alimentos, biocombustíveis, construção civil, logística, sistemas biomédicos e outros. Em três anos, o aluno sai pronto para o mercado de trabalho. De cada 10 que se formam pela instituição, nove conseguem emprego na área, portanto, só podemos concluir que as Fatec's são um sucesso e que é disso que o Brasil precisa, ter seus jovens trabalhando, ajudando suas famílias, crescendo profissionalmente e com autoestima elevada. Eles aprovam e já ouvi muitos dizerem que o projeto tem que se expandir pelo Brasil inteiro, para que outros também tenham as mesmas boas oportunidades, possam conseguir emprego e progredir. No Estado de São Paulo são 49 Fatec's localizadas em 46 municípios.

Para o pessoal do ensino médio também pensamos numa educação especializada, de qualidade. Quando os alunos terminam o curso escolhido, eles já sabem trabalhar. As Etec's – Escolas Técnicas estaduais – atendem a mais de 180 mil estudantes dos ensinos médio e técnico em 91 cursos. Três são oferecidos na modalidade semi-presencial, outros três cursos técnicos estão integrados ao ensino médio e dois fazem parte do ensino médio voltado à educação de jovens e adultos (EJA). Ao todo, são 188 Etec's transformando a vida de jovens que moram em 142 municípios paulistas. Os cursos foram criados e desenvolvidos para atender a vocação econômica de cada região. Então, por exemplo, se a escola estiver em uma região onde o forte da economia é o setor calçadista, os cursos serão apropriados para atender à demanda da indústria, comércio e serviço locais. O mesmo ocorre em localidades onde o setor

sucroalcooleiro é predominante. Essa estratégia permite que os resultados sejam surpreendentes: quatro de cada cinco estudantes das Etec's conseguem emprego assim que se formam. Não existe se-gredo. Existe planejamento e respeito pelo cidadão e pelo futuro deste país.

Os próprios empresários, cientes da qualidade do ensino das Etec's, fazem parcerias com as escolas para garantir que terão os melhores profissionais atuando em seus negócios. Entre as 50 escolas públicas estaduais mais bem avaliadas pelo último Enem, 34 são Etec's. O ensino técnico é aquele que se transforma em emprego e, com base na experiência e no resultado que temos em São Paulo, vamos criar em todo o Brasil um milhão de novas vagas e construir mais Etec's, respeitando a demanda de cada região. Esta é uma forma de garantir emprego ao fim do estudo no mesmo lugar onde se vive. Também não podemos deixar de falar sobre o Protec, que terá a finalidade de conceder bolsas de estudo em cursos de nível técnico em instituições particulares.

O futuro deste país está na educação dos jovens e é por este motivo que se eu for o próximo presidente do Brasil terei a educação como prioridade de governo. Boa educação significa mais e melhores oportunidades de trabalho. Saúde, educação e emprego. Dá para esses três importantes assuntos caminharem juntos, porque um complementa o outro.

O Brasil pode mais na saúde, que garante a vida, e na educação, que garante o futuro! ●

José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é candidato à Presidência da República pela coligação O Brasil pode mais.



Precisamos derrubar o muro da desigualdade no Brasil

Saúde

A saúde pública é um dos principais problemas no Brasil hoje, muitas vezes ela divide aqueles que têm direito de vida e de morte. Os que podem pagar têm acesso a uma medicina de qualidade e podem cuidar de sua saúde muito bem, quem não pode pagar espera meses por um atendimento, por um exame.

Isso precisa mudar. O acesso à saúde é um direito de toda a população e fornecer saúde de qualidade é um dever do Estado, e não uma bondade. A partir dessa análise, acredito que são necessárias mudanças profundas e radicais no sistema que vivemos hoje.

A base para esta mudança se espelha no sistema britânico, conquistado por lutas trabalhistas após a segunda guerra mundial. Neste processo diversas empresas foram estatizadas, entre elas a de prestação de serviços de saúde. Em 1979, com a entrada de Margareth Thatcher no governo inglês, uma série de empresas foi privatizada, no entanto, o sistema de saúde continuou sobre controle estatal. Até hoje os ingleses têm acesso à saúde pública e estão satisfeitos com o atendimento.

Voltando à realidade brasileira, é indispensável que um sistema próximo ao inglês seja aplicado no Brasil se realmente desejamos que os mais pobres recebam atendimento médico de qualidade. Para que isso ocorra, não podemos nutrir a ilusão de que o fortalecimento do SUS (Sistema Único de Saúde) é suficiente para que a população carente seja bem atendida, é necessário que a medicina seja socializada. Enquanto houver estruturas privadas de saúde, haverá sempre um atendimento superior para quem tiver mais recursos.

A saúde não pode ser, sob hipótese alguma, instrumento de comércio. O pobre recorre ao sistema público, enfrenta longas filas, falta de remédios, e a precariedade do sistema; de outro lado, o rico paga e tem acesso rápido e fácil a bons

hospitais, compra de remédios e médicos com boa formação. Tendo esse cenário em vista, eu pergunto: é justo que algumas pessoas tenham acesso à saúde e outras não? É justo ainda que alguém lucre com a doença de outrem?

Quando exponho estas ideias algumas pessoas as taxam de ideológicas, pois estaria aceitando o atraso no desenvolvimento da medicina, já que argumentam que o Estado não tem a mesma agilidade do setor privado no desenvolvimento de inovações tecnológicas.

Lembrando novamente o exemplo inglês, vemos que não houve atraso algum na medicina do país europeu. Mas, além desse exemplo concreto, é fácil rejeitar a objeção: quando os ricos têm de se submeter ao tratamento dado a todos, eles pressionam o Estado para gastar no setor.

Além disso, a política de socialização da medicina tem que estar em consonância com outras políticas públicas, como a aumento de recursos para a educação pública, incentivando assim a pesquisa e o desenvolvimento das diversas áreas, e entre elas a medicina. Assim, garantimos também que as inovações e novos tratamentos sejam aplicados a todos sem distinção.

Nesta medicina socializada também é essencial que médicos, enfermeiros e demais trabalhadores sejam todos funcionários públicos, organizados em carreira e que tenham seus direitos trabalhistas respeitados.

Tratando-se de mudança tão substancial, será necessário proceder em prudência. Mas tudo indica que em quatro anos, com iniciativa e vontade política do Estado, além da inversão na prioridade dos gastos públicos, o sistema poderá estar integralmente instalado.

Educação

Um dos pilares da desigualdade brasileira se assenta sobre a diferença entre a educação públi-

ca e a privada. Podemos resumir a educação brasileira com as seguintes características: educação básica, fundamental e média particular de boa qualidade acessível a famílias ricas que podem pagar; educação superior pública de boa qualidade, de difícil acesso a quem não frequentou escolas particulares. Este cenário destina meninos e meninas pobres a uma formação de má qualidade e conseqüentemente a ocuparem postos de trabalho com menor remuneração, insalubres ou informais.

Assim como na saúde, existe um muro de desigualdade, e é preciso acabar com isso. A principal proposta neste sentido é aumentar abissalmente os recursos para a educação, que durante os últimos 16 anos beiraram os pífios 3%. Se o Brasil gastar menos de 10% do PIB na educação pública será impossível superar o atraso tecnológico e político que o separa das nações desenvolvidas.

Já existe dentro da Constituição um mecanismo que prevê que 18% da receita dos impostos sejam usados obrigatoriamente na educação. Durante o governo Itamar, no entanto, foi criado um mecanismo que permite o desvio de 20% deste recurso mínimo a ser gasto em todos os setores sociais que têm recursos vinculados na Constituição. Essa medida desviou, somente entre 2003 e 2007, R\$ 23 bilhões da educação.

Em 2009 foi aprovada uma emenda constitucional que acaba progressivamente, até 2011, com a DRU na educação. A distribuição dos recursos para a educação, no entanto, não é automaticamente alterada somente porque foi aprovado um percentual de recursos em relação ao PIB. Outros artigos da Constituição formatam o modelo de distribuição de recursos, especialmente o artigo 212 e o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Nestes artigos que estão estabelecidas as regras de aplicação de recursos. Sem alterá-los de forma substantiva, o estabelecimento de relação gasto educacional/PIB será mera declaração de princípios, de boas intenções.

Além de aumentar os recursos, é necessário rever toda a política de educação dos últimos 16 anos, eliminando toda a transferência (direta e indireta) desses recursos para as indústrias do ensino superior. Atualmente, 90% do ensino superior é ministrado em instituições privadas, sendo que 70% destas são “negócios” que fornecem ensino de baixa qualidade a preço elevado. Além de o ensino ser privado, e portanto restrito, o ensino é de péssima qualidade. Por isso uma das prioridades é, sem prejuízo das medidas destinadas aos demais níveis, dar atenção ao ensino superior no Brasil.

Isto exige uma reconstrução do PROUNI, tirando o subsídio para as Faculdades particulares e aumentando as vagas no ensino público. Hoje o dinheiro gasto com uma bolsa no PROUNI equivale à abertura de três vagas em instituições do Estado. Esse projeto, gestado no Banco Mundial, expande o número de profissionais de nível superior, mas com formação limitada, pressionando os salários desses profissionais para baixo. O REUNI materializa esse projeto e deverá ser inteiramente revisto.

É necessário ao mesmo tempo combater a privatização disfarçada dos centros universitários através de convênios e fundações. Na Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, as parcerias destroem a pesquisa, atrelando-a aos mercados. Nas Faculdades de Química e na Farmácia existem diversas linhas de pesquisas para o desenvolvimento de medicamentos para a indústria farmacêutica e sabores e texturas mais agradáveis para os fabricantes de comida.

Na Faculdade de Economia e Administração bancos patrocinam pesquisas e construção de salas de aula. Existe uma lista enorme de outras medidas como estas que mostram como o dinheiro público é utilizado para financiar pesquisas privadas.

Esse muro de desigualdade que impede o pobre de disputar um emprego bom precisa ser derrubado. O instrumento principal para promover essa derrubada é acabar com a mercantilização da educação, um processo que não poderá terminar no período de um mandato, mas que pode e deve avançar bastante num período de quatro anos.

Trabalho

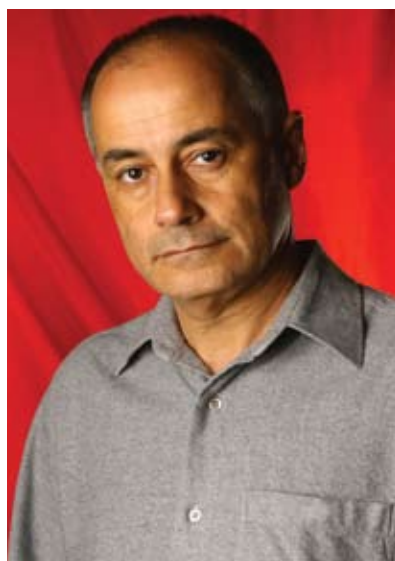
O PSOL defende a redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas, sem redução de salários e com o fim da flexibilização da jornada, dos direitos trabalhistas e dos bancos de horas.

Se parte da força de trabalho está sem ocupação, não é necessário que o trabalhador fique oito horas por dia em seu emprego.

Arelado a essa política é preciso alterar o salário mínimo para os padrões do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). Com esse salário o brasileiro conseguirá pagar todas as suas despesas com cesta básica, moradia, transporte, educação, saúde, vestuário, higiene e previdência. O índice divulgado em junho aponta que o salário mínimo deveria ser quatro vezes maior do que o atual, o que equivale a cerca de R\$ 2.090,00.

Para que essa medida seja aplicada, é necessária a criação de um sistema que desonere os produtos da cesta básica, mas que aumente os impostos para os donos das grandes fortunas. Proporcionalmente, um homem rico e um homem pobre que compram uma caixa de fósforo pagam o mesmo imposto absoluto. Para o rico não é nada. Para o pobre é um problema. Por isso, algumas tarifas como o ICMS, que hoje é cobrado na origem, podem ser até aumentadas. ●

Plínio de Arruda Sampaio é candidato à Presidência da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).



A privatização da saúde no Brasil

Discutir a saúde pública no Brasil significa abordar um tema complexo que trata da vida real dos trabalhadores e das consequências do capitalismo sobre a forma de vida da população.

O atendimento nos serviços de saúde é um tema político central em qualquer país. No Brasil, temos o Sistema Único de Saúde (SUS), fruto de um intenso processo de organização e luta dos trabalhadores na década de 1980 e que foi garantido na Constituição Federal de 1988.

O SUS tem como proposta ser um sistema de saúde público com a obrigação de atender todos os habitantes do Brasil.

Cada princípio foi uma grande conquista, basta dizer que os Estados Unidos, o país mais rico do mundo, até hoje não garante a universalidade do atendimento na saúde. Hoje há mais de 46 milhões de norte-americanos sem nenhuma cobertura de saúde.

Porém, não somos míopes às conquistas democráticas e nem aos efeitos das políticas dos governos neoliberais. A conquista do SUS vem sendo destruída dia a dia pelos sucessivos governos. Os ataques prosseguiram no governo Lula.

Foram abertas brechas para a iniciativa privada, com a criação da lei que autoriza a existência de um sistema complementar, particular. Sendo permitida a existência de outro sistema, é óbvia a conclusão de que o SUS não poderia ser tão único assim.

Cortes de verbas

Outra forma de destruição progressiva tem sido o estrangulamento por falta de verbas. O Brasil gasta com saúde pública 3% do PIB, metade do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 6% para países com saúde universalizada. Isso foi assim em todos os vinte anos do SUS e continua com Lula. Há estados, como o Rio Grande do Sul, que destinam apenas um quarto das verbas mínimas para saúde. Com apenas metade das verbas de que necessita, as falhas do SUS ficaram gritantes.

Apesar dos muitos erros, a conquista do SUS possibilitou a construção de verdadeiros patrimônios que provam que, quando há vontade política, aquilo que é público pode ser muito melhor do que o privado. Para lembrar apenas alguns exemplos: o programa da AIDS, que é uma referência mundial, com tratamento totalmente gratuito para qualquer pessoa; o programa de transplantes de órgãos, um dos maiores do mundo; o programa de vacinações; a distribuição gratuita de várias medicações de alto custo.

Porém, no dia a dia, as falhas do sistema crescem, aumentando a insatisfação da população. A epidemia da gripe suína foi um exemplo. Os trabalhadores doentes encontraram postos de saúde lotados, hospitais despreparados para atender uma demanda maior do que a habitual e extrema dificuldade para obter o medicamento Tamiflu, que precisa ser usado no começo da infecção para fazer o efeito desejado.

Estamos vendo o SUS ser estrangulado financeiramente pelos governos. Encaramos também diariamente a crescente privatização do sistema público de saúde e a desresponsabilização das gestões nos níveis municipal, estadual e federal.

Defendemos um sistema de saúde 100% estatal. A lógica mercantilista de priorizar o lucro é incompatível com os princípios do SUS. Além disso, é preciso que 6% do PIB sejam destinados à saúde pública. Isso significa dobrar os gastos federais em saúde. Nosso programa também prevê o fim de qualquer verba pública para os hospitais privados.

Mais empregos e verbas para educação

Muito se fala no Brasil que é necessário reduzir o número de servidores públicos, quando na realidade é preciso um número maior de servidores para prover à população serviços públicos de qualidade, tais como saúde e educação. Isso implica novos concursos e pagamento de salários dignos, pois o serviço público é fundamental, principalmente para a população mais pobre. Além disso, a contratação de mais funcionários é uma importante medida para combater o desemprego no país.

Contra medidas assistencialistas, defendemos o pleno emprego. Para isso é preciso fazer uma ampla reforma agrária e acabar com um dos maiores índices de concentração fundiária no planeta. A expulsão das famílias do campo para as cidades criou as favelas, inchou os grandes centros urbanos e relegou milhões de pessoas à miséria. Defendemos a redução da jornada de trabalho, pois todo avanço tecnológico para aumentar a produtividade é utilizado em benefício do aumento do lucro do capitalista, e não a favor do trabalhador. Desta forma, o avanço da técnica, ao mesmo tempo que ajuda a produzir mais, é hoje uma das principais causas do desemprego.

Outra medida é a implementação de um plano de obras públicas que possa, ao mesmo tempo, absorver o contingente de desempregados e solucionar os grandes problemas de infraestrutura do país, como o déficit habitacional de sete milhões de residências. Defendemos também a reestatização das empresas privatizadas, assim como a estatização das grandes companhias, invertendo a lógica atual e colocando como prioridade não o lucro, mas o bem-estar da maioria da população.

Por outro lado, não haverá serviço público de qualidade sem uma educação pública de qualidade, que referencie a formação de profissionais nas

necessidades de saúde da população. Com isso, é necessário inverter a prioridade na utilização dos recursos do país. Por exemplo: em 2009, o governo Lula gastou com juros e amortização da dívida pública 35,57% do orçamento, mais que os gastos com saúde, educação e previdência social - 33,43%. Assim, é preciso dizer não ao Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, com consequente mercantilização e focalização das políticas sociais. Também é preciso colocar na ordem do dia a superação da sociedade capitalista.

Queremos romper com essa lógica. Precisamos de outro modelo econômico, não o que aí está. A riqueza produzida pelos trabalhadores deve beneficiar os próprios trabalhadores. É necessário que esses recursos sejam destinados para criar empregos, construir escolas e hospitais e fazer a reforma agrária. O Brasil é um país rico. Temos condições de fazer essa inversão de prioridades. Falta vontade política.

Nossa campanha apresenta para os trabalhadores e jovens de nosso país outra forma de organizar a sociedade e uma maneira distinta de governar o país. Vamos defender um governo da classe trabalhadora. Que governe o país não com os banqueiros e grandes empresários como faz Lula, mas contra eles. Um governo que implemente as necessárias mudanças na estrutura econômica, política e social, abrindo caminho para uma transição socialista. Este é o desafio que propomos. Não temos a ilusão de que esse objetivo possa ser atingido com as eleições como elas são feitas hoje. Mas somos conscientes de que o processo eleitoral é importante para a disputa política pela consciência e pelo voto dos trabalhadores para fortalecer uma perspectiva socialista e transformadora para o Brasil. ●

Zé Maria é candidato à Presidência da República pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).



Levy Fidelix propõe um Brasil pra frente

Levy Fidelix, presidenciável pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) foi o primeiro apresentador de um programa de informática na televisão brasileira (exibido na TV Bandeirantes e SBT) nos anos de 1984 e 1985. Fundou as Revistas Interface e Governo e Empresa, além de ser diretor de Criação nas Agências de Publicidade Vogue e Staff (RJ).

Atuou como professor na FACMAR - Faculdade de Marketing do Espírito Santo, escreveu nos Jornais Correio da Manhã e Última Hora do Rio de Janeiro. Em São Paulo escreveu na Revista Propaganda & Marketing.

Foi também um dos fundadores do PL (Partido Liberal), logo a seguir foi para o PTR - Partido Trabalhista Renovador e entre 1992/1994 fundou o PRTB. Nesse último, o candidato desenvolveu o projeto "Aerotrem" que, entre outras funções, significa modernidade e conceituação visando a revolucionar o transporte público ferroviário urbano e interurbano.

Levy Fidelix propõe a informatização escolar como instrumento pedagógico-educacional para a infância e a juventude brasileira; o crescimento econômico nacional com melhor distribuição de renda, proporcionando qualidade de vida e menos violência; meio-ambiente com sustentabilidade e equilíbrio sem dificultar o processo de industrialização do país e a ampliação de toda a infraestrutura necessária

ao aproveitamento das nossas riquezas bioenergéticas e humanas que proporcionem inserir no Brasil uma qualidade de vida e desenvolvimento no concerto das maiores nações do mundo.

Abordaremos no texto a seguir as propostas do candidato para educação, saúde e emprego.

Educação

O Brasil possui hoje cerca de 193.733.795 habitantes e traz em sua história um problema ainda não solucionado: o analfabetismo funcional (pessoas que sabem ler, escrever e contar, mas não conseguem compreender a palavra escrita). A taxa, que em 1970 montava a 40%, de acordo com uma pesquisa realizada pela PriceWaterhouse Coopers, este ano subiu para 70%.

De acordo com Levy Fidelix, as altas taxas de analfabetismo atrasam a economia, uma vez que essas variáveis afetam diretamente o PIB do país. Pensando nessa mão-de-obra ainda deficiente no Brasil, o candidato pretende investir cerca de 40% do produto interno bruto (PIB) na educação básica do primeiro e do segundo grau, colocando internet banda larga à disposição dos estudantes, além de fazer uma reestruturação do pessoal docente em matéria de cargos e salários.

O candidato também pretende adequar melhor o ensino através de uma pontuação acumulativa durante os anos letivos do aluno na escola. O aluno só poderia ingressar no ensino superior se tivesse somado ao longo dos anos pontos suficientes para prestar o vestibular. O processo seria eliminatório e classificatório garantindo, dessa forma, qualidade e confiabilidade no ensino superior. A base orçamentária adviria de 1% (um por cento) do pré-sal.

Emprego

Pensando especialmente na faixa etária dos 18 aos 30 anos de

idade, o Governo do PRTB pretende criar um Banco de Promoção e Desenvolvimento para o financiamento dos jovens que adentrarem ao mercado de trabalho nas suas profissões escolhidas. Serão concedidos empréstimos a custos subsidiados de 3% (três por cento) ao ano mais TJLP (taxa de juros a longo prazo) mais carência de 2 (dois) anos, nos moldes do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES.

Assim, o dentista que se formar terá o gabinete dentário financiado; o engenheiro, a sua empresa de projetos; o advogado, o seu escritório; o médico, a sua clínica. Ou seja, aos que se formarem, já lhes será possibilitado auferir ganhos para manutenção de seu sustento, e isso, redundará em renda e impostos para o País.

O Banco de Poupança, Emprego e Desenvolvimento Econômico da Juventude abrirá novos espaços para que o jovem que também se inicia no mercado de trabalho tenha sua colocação garantida na indústria, no comércio, na agricultura e setores de serviços, com o necessário acompanhamento curricular e vocacional.

Saúde

A saúde também será prioridade absoluta para o Governo do PRTB, no qual os maiores investimentos se concentrarão na duplicação dos postos de atendimento ambulatoriais de emergência e prontos socorros em todos os municípios brasileiros, com a aquisição de milhares de ambulâncias e novos equipamentos.

Fidelix defende ainda a implantação de um serviço odontológico obrigatório em todo o território nacional, tendo como base para financiar o projeto os recursos orçamentários de 1% (um por cento) do pré-sal. ●

Levy Fidelix é candidato à Presidência da República pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

'Leitura obrigatória para todos que se ocupam de educação profissional'



O livro 'Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde' é resultado de um intenso trabalho de pesquisa a partir do projeto 'A Educação Profissional em Saúde no Brasil: concepções e práticas nas escolas técnicas do Sistema Único de Saúde'.

A obra é de autoria de Marise Ramos, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade

do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com forte vinculação às áreas de trabalho e educação no Brasil.

No livro, a autora identifica e analisa os referenciais epistemológicos e eticopolíticos que orientaram as políticas de educação profissional em saúde no Brasil da década de 1980 a 2000, seus fundamentos e contradições, bem como a apropriação, consentida ou crítica, destas referências nos projetos político-pedagógicos e nas práticas pedagógicas das escolas técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, colocou-se a tarefa de também recuperar o conteúdo das políticas de educação em saúde do Ministério da Saúde, ampliando o alcance de suas análises.

A autora centra a sua análise sobre as concepções e práticas pedagógicas das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), problematizando, em geral, alguns referenciais teóricos que orientaram concepções e práticas de educação profissional em saúde no Brasil, tais como Paulo Freire, Ausubel e Dewey, mas, em particular, toma como elemento central de sua problemática a Pedagogia das Competências, reconhecendo o pragmatismo como a base epistemológica dos projetos e das práticas formativas desenvolvidas nas ETSUS.

O problema colocado justifica-se nas observações de Saviani, em seu texto 'Filosofia da educação: crise da modernidade e o futuro da filosofia da práxis', presente no livro 'A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo', organizado por Marcos César de Freitas, para quem a atual crise do capitalismo repõe com agudeza a necessidade de se fazer uma opção clara entre duas filosofias de educação: uma com bases no pragmatismo e outra com bases na filosofia da práxis. Esclarecê-las e entendê-las, portanto, é uma tarefa teórica necessária a quem se compromete com a formação ampla dos trabalhadores, como faz a autora.

A partir de algumas categorias próprias da pedagogia (fins da educação, processo ensino-aprendizagem, relação professor-aluno, relação teoria-prática, seleção e organização dos conteúdos de ensino e definição de aprendizagem) a autora busca compreender as concepções e práticas pedagógicas em disputa no interior das ETSUS.

Para o empreendimento da empiria, utiliza a revisão de textos acadêmicos (artigos, dissertações e teses) que tratam das ETSUS e faz

a análise de entrevistas realizadas com profissionais de coordenação pedagógica de dez escolas da Rede.

A autora inicia o livro fazendo uma recuperação histórica das ETSUS, identificando nas disputas conceituais travadas em torno de programas e ações do Ministério da Saúde a gênese dessas escolas.

Assumindo o pensamento histórico-dialético como referencial filosófico e a Pedagogia Histórico-Crítica como referencial pedagógico, a autora retoma a discussão acerca do trabalho como princípio educativo, compreendendo a práxis social como o conteúdo e a finalidade dessa formação. Confronta essa perspectiva com outras teorias pedagógicas a partir, principalmente, da relação teoria-prática.

A autora confronta e faz distinções claras entre o Pragmatismo e a Filosofia da Práxis a partir das ideias de continuidade e ruptura, do uso dos conceitos de 'experiência' e de 'trabalho e práxis' como mediadores da relação sujeito-objeto, da compreensão do caráter adaptativo ou transformador da atividade humana, do reconhecimento do conceito de verdade fundado na utilidade ou na prática social e na confusão entre aparência e essência ou na distinção entre estes termos. Este quadro teórico que constrói, claro e didático, além de revelar a coerência e a qualidade do trabalho dos pesquisadores quando da análise do material coletado, esclarece e forma o leitor acerca destas duas orientações filosófico-pedagógicas fundamentais.

Por fim, como resultado da pesquisa, a autora identifica na

base das concepções e práticas pedagógicas das ETSUS uma “síntese epistemológica pragmática”. Nesta síntese estaria “a pedagogia escolanovista permeada por elementos da pedagogia libertária e atualizada pela Pedagogia das Competências”.

A autora identificou, a partir da leitura dos textos acadêmicos, que o sentido da educação dos trabalhadores em saúde, no contexto de transformação tecnológica, baseia-se na pedagogia das competências, e apresenta também elementos do tecnicismo, numa pedagogia em que a teoria se subsume à prática.

A partir das entrevistas, identificou que as coordenações pedagógicas das escolas da Rede ETSUS afirmam que seu referencial pedagógico é a Pedagogia das Competências, e a problematização a sua metodologia. As análises tomam a Pedagogia das Competências como a principal referência pedagógica, sendo as competências, hoje, a base para a determinação do significado dos conteúdos de ensino, de sua seleção e da avaliação da aprendizagem nas ETSUS.

A autora identificou, também, que a política de educação permanente, difundida pelo Ministério da Saúde, a partir da posse do presidente Lula, assenta-se sobre os mesmos fundamentos epistemológicos, éticos e políticos da educação profissional, sem promover rupturas conceituais com as bases filosóficas anteriores, colocando sobre os trabalhadores a responsabilidade pelas transformações das práticas de trabalho e, por consequência, da própria reestruturação do sistema.

Essa obra torna-se leitura obrigatória para todos que se ocupam da educação profissional, em especial para aqueles que se dedicam ao estudo e à lida da relação entre trabalho, educação e saúde.

Do ponto de vista teórico, destacamos a densidade da obra, o rigor no tratamento dos conceitos marxistas e a qualidade da revisão bibliográfica feita a partir de textos acadêmicos produzidos sobre formação técnica de trabalhadores do SUS. Do ponto de vista metodológico, além de abrir a possibilidade para novas pesquisas, o livro traz uma organização de referências e a definição de um conjunto de categorias que favorecem os estudos das concepções e práticas pedagógicas em educação profissional.

O livro também é revelador de uma tendência de pesquisa atual em trabalho e educação, que busca o aprofundamento dos estudos em torno das práticas pedagógicas sob a perspectiva do materialismo histórico, o que justificou o empreendimento da pesquisa, indica a atualidade do tema e recomenda a leitura da obra.

Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde'. Marise Ramos. EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010, 290 p.

Ronaldo Marcos de Lima Araujo, Professor do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação da UFPA e bolsista Produtividade do CNPq. ●